

**Novembro 2008**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

## *Centro de Documentação e Informação*

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

### *Genérico*

**Redacção** Kâmia Madeira

**Conselho de Edição e Revisão:**

Allan Cain, Fabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

**Editado por:**

Development Workshop-Angola

**Endereço:**

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

**Telefone:**

+(244 2) 448371 / 77 / 66

**Email:**

cedoc.dwang@angonet.org

**Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

## INDICE

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 redução da pobreza e economia</b>  | <b>2</b>  |
| 1.1 A pobreza: uma vergonha nacional .....  | 2         |
| 1.2 Inferno em Bagdad .....   | 3         |
| 1.3 A realidade da economia angolana (I) .....  | 5         |
| 1.4 No Catin Tom um esgoto que dá “ emprego” .....  | 6         |
| <b>2 mercado informal e microfinanças</b>   | <b>9</b>  |
| 2.1 Micro-Crédito para 930 pessoas em Benguela .....  | 9         |
| 2.2 O fim do “Shopping Center” dos pobres.....  | 9         |
| 2.3 Kínguilas de rua viraram credoras .....   | 10        |
| 2.4 Negócios de quase nada .....  | 10        |
| 2.5 Empurradas a vender na rua.....   | 11        |
| 2.6 Governo de Luanda realiza feiras para retirar vendedores das ruas .....                       | 11        |
| 2.7 A guerra entre as zungueiras e a polícia, continua.....                                       | 12        |
| <b>3 governação e descentralização</b>  | <b>13</b> |
| 3.1 São poucas para cada município .....  | 13        |
| 3.2 Desarmamento da população ajuda a reduzir caça furtiva.....                                   | 14        |
| 3.3 Estreantes absolutos .....  | 14        |
| 3.4 Pensões para trabalhadores por conta própria já estão enquadradas no regime contributivo..... | 15        |
| <b>5 Educação, Juventude e Criança</b>  | <b>16</b> |
| 5.1 Novos Institutos Médios em Luanda a partir do próximo ano lectivo.....                        | 16        |
| 5.2 Computadores reciclados combatem o “info-analfabetismo” .....                                 | 16        |
| 5.3 Jovens recebem instrumentos de trabalho.....  | 17        |
| <b>6 terra, habitação e urbanização</b>   | <b>19</b> |
| 6.1 Camama II não ficou de parte.....   | 19        |
| 6.2 Terrenos mais caros .....   | 19        |
| 6.3 Os transtornos da construção de um milhão de casas.....                                       | 19        |
| 6.4 Os casebres do Ladislau .....   | 20        |
| 6.5 Caála investe forte na reabilitação de infra-estruturas sociais .....                         | 21        |
| 6.6 Martelo destruidor volta ao ataque .....  | 21        |
| 6.7 Governo angolano apresenta na China estratégia de urbanização das cidades.....                | 22        |
| 6.8 Uma nova Luanda em 2012.....  | 23        |
| 6.9 Boavista o “pulmão” da economia funcional.....  | 23        |
| 6.10 Cemitérios do Alto das Cruzes e da Santana só enterros excepcionais.....                     | 25        |
| 6.11 Habitação de médio custo vai crescer .....   | 25        |
| 6.12 Estratégias do Governo para a construção de 1 milhão de habitações.....                      | 27        |
| 6.13 Criação de viveiros comunitários fomenta produção de café no Uíje.....                       | 29        |
| 6.14 Sambizanga um “inferno” a extinguir .....  | 29        |
| 6.15 Moradores e Governo devem fazer mais .....   | 30        |
| 6.16 Precol desordem sem controlo .....   | 31        |
| 6.17 A questão da requalificação das zonas históricas de Angola .....                             | 32        |
| 6.18 Os marginalizados da Mulemba .....   | 33        |
| 6.19 Concorrência desleal na construção nacional .....  | 34        |
| 6.20 Auto-estrada para o futuro .....   | 35        |
| 6.21 Cuca requalificação torna-se imperiosa.....  | 35        |
| 6.22 Reserva de 100 mil hectares para construção de habitações.....                               | 37        |
| 6.23 57% da população angolana vive nas zonas urbanas.....  | 37        |
| 6.24 Obras em Luanda colocam em risco futuro do futebol.....                                      | 38        |

|   |           |
|---|-----------|
| 6.25 Ministério reafirma engajamento do governo no domínio da habitação ..... | 38        |
| <b>7 serviços basicos.....</b>  | <b>39</b> |
| 7.1 Camionistas queixam-se de corrupção no atendimento .....                  | 39        |
| 7.2 Água potável nas torneiras dos oito municípios.....                       | 39        |
| 7.3 Lixo aos montes em Luanda.....  | 40        |
| <b>8 Paz e Reconciliação .....</b>  | <b>41</b> |
| 8.1 Milhões de metros quadrados foram desminados no Huambo .....              | 41        |
| 8.2 A angolana que tentou obter o Nobel da Paz.....                           | 41        |
| 8.3 Destruídos engenhos explosivos.....                                       | 41        |
| 8.4 Activista elogia angolanos na luta pelas acções do género .....           | 42        |

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 A pobreza: uma vergonha nacional

*Agora, 1/11/ 2008*

A pobreza é um fenómeno mundial. Desde há algum tempo várias lideranças se deram conta de que a pobreza é uma questão global e que é um terreno que mina a coesão social dos países, destrói a irmandade dos povos.

A pobreza é um fenómeno antigo. As idades Antiga e Média foram todas muito marca da pobreza também porque eram épocas menos produtivas. A modernidade apresenta-se pela sua capacidade tecnológica como a era da abundância. Pela primeira vez, na sua história, o Homem foi capaz de produzir em quantidade e qualidade o suficiente para as suas necessidades. No entanto, continua a haver uma grande massa de pessoas excluídas do bem-estar.

A exclusão provoca a degradação do homem, estimula à sua marginalização, divide o mundo entre os que são participes do sucesso do desenvolvimento científico e tecnológico alcançados, entre os que desfrutam das vantagens do consumo e aqueles que nada têm e se escondem porque relegados para as sarjetas das grandes avenidas do mundo.

Parece ser já um dado incontroverso o facto de que a pobreza não está mais associada a preguiça de uns, a incapacidade de outros, a identidade de alguns mas a uma muito desigual distribuição da riqueza produzida. A curva de progressão da riqueza é cada vez maior mas, lamentavelmente, também a curva de progressão da pobreza aumenta. Daí que se fale no "paradoxo da abundância".

No nosso país, a pobreza deve ser tida como uma vergonha nacional. Temos um país extremamente rico e uma população muito pobre. O que denota o facto de que o forte crescimento económico que o país tem registado, numa média de 20%, nos últimos cinco anos, tem uma fraca incidência social (Relatório Económico de Angola).

Angola tem uma população estimada em 18,5 milhões de habitantes, sendo cerca de 12,5 milhões pobres porque vive com cerca de 1,7 dólares americanos por dia, numa situação de serviços básicos diminutos, de baixos indicadores sociais e de fraco funcionamento do sistema de direitos. A pobreza no país está associada a vulnerabilidade estrutural das famílias, à doença e a um

fraco acesso a serviços básicos.

O contexto geral de Angola diferencia diversas formas de pobreza e, sobretudo, uma diferença entre a pobreza no meio urbano e no meio rural. Hoje, a maior parte das pessoas vive nas cidades (65%), sendo a pobreza das famílias aí estimada em 57%, enquanto que no meio rural atinge 94% dos agregados. Aqui, "as famílias mais vulneráveis dependem normalmente de actividades agrícolas e do cultivo de alimentos para a sua sobrevivência, porque têm acesso limitado a terras de cultivo e a outros inputs agrícolas, porque têm acesso limitado a escolas e serviços médicos e água potável e, frequentemente são excluídos das decisões que os afectam, e apenas uma minoria tem conhecimentos sobre VIH/SIDA" (FAS, Pobreza, Vulnerabilidade e exclusão social em Angola pós conflito). Esta vulnerabilidade é agravada por outras variáveis estruturais, específicas e imprevisíveis (factores naturais e agro-ecológicos), embora seja diferente de região para região, em função dos hábitos e costumes, da organização comunitária, da organização social e económica e da composição demográfica da população.

Estes factores, pelos quais se manifesta a pobreza, têm um impacto directo na vida quotidiana das populações, pois é através do acesso à água potável, à educação, à saúde, ao crédito, à cultura, aos meios de produção e trabalho, à habitação, às necessidades inerentes à dignidade da pessoa humana que se joga o futuro das sociedades, a construção de uma Nação solidária e harmoniosa, onde cada um possa encontrar o seu lugar e ter um sentimento de pertença, onde nenhuma pessoa, nenhuma camada social se sinta excluída.

A situação social do país pode também ser ilustrada pelos indicadores do desenvolvimento humano do país em relação às infra-estruturas básicas, ao mercado de trabalho, à saúde e nutrição, à educação, às características dos agregados familiares, à urbanização e ao direito à cidadania, num contexto, não só de reduzido acesso a serviços básicos mas também de fraco funcionamento do Estado de Direito. Perante o contínuo crescimento da riqueza nacional (real e potencial) agrava-se o "paradoxo de Angola" de ser um país rico (muito rico) com uma população muito pobre. O que faz do combate à pobreza, de facto, não só um desafio crucial das políticas públicas dos anos vindouros mas também uma razão de mobilização de vários actores sociais.

O Governo estabeleceu, a partir de meados de 2004, uma estratégia de desenvolvimento baseada, por um lado, na estabilização macroeconómica, na correcção das distorções da economia, no controlo e redução da inflação, e, por outro lado, no combate à pobreza.

A estratégia de redução da inflação e a subida em flecha do preço do petróleo, reforçou os resultados positivos no domínio da estabilização macroeconómica, enquanto que a Estratégia de Combate à Pobreza que

nunca foi assumida como um guia de acção governativa, foi abandonada e os baixos níveis dos indicadores sociais persistem. No entanto, a ECP tinha como propósito concreto (em consonância com os ODM's), reduzir para metade a população pobre e reduzir a mortalidade infantil (que é de 260 I ano, por mil nascimentos).

Da conjuntura que motivou a Estratégia de Combate à Pobreza, então associada ao programa de estabilização económica, reinserção social, reabilitação e reconstrução nacional, resta, para bem do país, o Fundo de Acção Social (FAS), financiado pelo Banco Mundial.

Mas o país continua a registrar não somente uma forte desigualdade social mas também grandes assimetrias regionais. A capital do país concentra cerca de um quarto da população (mais de 4 milhões de habitantes) e representa 75% da indústria, 65% do comércio e 90% da actividade financeira e bancária. Para além de que o crescimento económico continua concentrado em dois sectores de enclave: o petróleo e os diamantes.

O PIE agrícola e da indústria transformadora não representam mais do que 12-15% do PIE total (mesmo se agora revelam uma maior dinâmica) a questão da terra e da sua distribuição para o aproveitamento da actividade agropecuária continua a privilegiar um grupo restrito ligado ao poder. Por outro lado, os investimentos na agricultura têm privilegiado a agricultura empresarial que abarca um universo reduzido de famílias, em detrimento da agricultura familiar que representa 1,5 milhões de famílias. Vamos ver que enquadramento estas vão ter com a onda do agonegocio.

Todos estes factores conjugados que caracterizam o crescimento económico de enclave são responsáveis pelas reduzidas oportunidades de emprego e de rendimento, o que não contribui para a redução da pobreza e, nomeadamente da pobreza urbana extrema. O desemprego permanece alto devido, não só à fraca capacidade da economia em criar empregos, porque a economia de enclave requerer mão-de-obra qualificada e é estruturalmente incapaz de produzir emprego em quantidade, mas também porque o plano de obras infraestruturais está a ser desenvolvido com recurso à mão-de-obra expatriada, incluindo a mão-de-obra não qualificada.

Um outro factor é o fraco investimento na qualificação da mão-de-obra nacional, traduzida pela fraca taxa de escolarização bruta combinada (25,6%) e pelas despesas públicas com a educação 2,6% do PIE.

Por isto, é facto incontestável que o forte crescimento económico tem uma fraca incidência social e largas camadas da população continuam em situação de pobreza e de pobreza extrema. Não há dúvida de que o considerável crescimento do PIE per capita beneficiou sobretudo as classes mais abastadas (isto é traduzido

pelo aumento do índice de Gini) e a política clientelar de criação de uma burguesia nacional restrita que será, segundo os seus mentores, uma vez consolidada, o motor do desenvolvimento.

Neste contexto, o mercado informal aparece como um sector de recurso para a sobrevivência dos pobres urbanos, particularmente no pequeno comércio informal retalhista. Mas, também aqui há uma grande pressão porque os rendimentos estão cada vez mais dificultados pela concorrência do cada vez maior número de participantes nesse mercado e de um programa do Estado de estabelecimento de uma nova rede de comércio de retalho que os exclui.

A tentação é pois a de criminalizar este tipo de actividade e de a combater com medidas de polícia (e não de política). O quê se traduz no combate aos pobres, em vez da pobreza.

## 1.2 Inferno em Bagdad

*A Capital, 1/11/2008*

A Inscrição em tinta preta está bem marcada na parede de várias residências. Primeiro um X, em tamanho gigante. Depois, uma palavra escrita com letras maiúsculas: «retirar». Quem a escreveu não entende, com certeza, a língua portuguesa. Mas os moradores do Bairro Bagdad, na zona do Camama, em Luanda, sabem muito bem que aquela inscrição representa uma ordem para «retirar». É um sinal de demolição, para breve, da residência com aquela marca.

A inscrição na parede da residência acaba com uma data. Sabe-se, agora, que o dia 18 de Outubro deste ano marcou a última demolição de residências que se fez naquele bairro. E os populares se queixam disso. Quem já perdeu a sua residência lamenta-se do sucedido e das privações que vive agora, em função disso. E quem está em vias de a perder, procura evitar ao máximo que tal aconteça, mesmo sabendo de antemão que se agarra, simplesmente, a vãs esperanças.

Aliás, Esperança era o nome do bairro. O coordenador da Comissão de Moradores indicou que o nome foi trocado para Bagdad depois de, em 2007, terem sido feitas as primeiras demolições de residências. «É uma homenagem ao sofrimento do povo, não muito diferente do que se vive lá, na capital do Iraque», apontou. Ele reconhece que, aqui, não há guerra. Mas indica, como contraste, a incursão de soldados da Polícia Militar e de agentes da Polícia de

Ordem Pública por aquelas paragens, armados de metralhadoras e a escoltarem os tractores e os homens encarregues da demolição das residências ali erguidas.

Estes, por onde passaram, deixaram marcas. Além dos gigantescos tractores estacionados, os destroços são visíveis. Espalhados pelo chão estão pedaços de blocos de cimento que, antes, suportaram as paredes e as

fundações de muitos lares. Muita gente ficou sem casa, a tal ponto de, para a maioria, a única alternativa de acomodação seja a sombra de um cajueiro. É a história de Fátima Massoquidi, de 42 anos. Desde o dia 18 de Outubro, os haveres acumulados ao longo da sua vida estão arrumados ao ar livre. A sua casa foi demolida neste mesmo dia e passou, então, a viver sob um cajueiro plantado no que era o seu quintal. Com ela estão sete filhos e três netos. É ali onde passa os dias, e as noites também.

Por força das circunstâncias, Fátima largou a sua fonte de sustento. Antes, vendia pão, andando pelas ruas da cidade. Agora, fica em casa a olhar para as crianças, na tentativa de afugentar as mágoas trazidas pela demolição. A principal refeição, para ela e para os seus, tornaram-se as ervas silvestres.

O mesmo drama é contado por todos os que perderam as residências. Quem tem poupança, desobedece a ordem das autoridades e, onde foi demolida a sua residência, constrói outra. Ainda que seja com menos qualidade. Isabel Manuel, de 36 anos, explica porquê o fez. «da não tenho para onde vivem, diz. Bem sobre os destroços da sua residência anterior, de dois quartos e sala comum, construiu, agora, um casebre de chapas de zinco.

Fomos convidados a entrar nele. Do lado de fora, o brilho das chapas metálicas ofusca a visão de quem delas se aproxima. De dentro, o calor é infernal. O chão é de terra batida e o que ela chama de casa se resume a um espaço de três metros quadrados de largura e cerca de dois metros de comprimento. Ali guarda o fogão, os baldes e tudo o mais salvo das demolições de 18 de Outubro. Num mesmo colchão dormem, agora, a mãe, a filha grávida e os dois netos de quatro e três anos de idade. «A vida aqui, em Bagdad, está um inferno», segundo Isabel. Na verdade, já o era mesmo antes das demolições ou antes mesmo deste bairro estar, sequer, no mapa. Como a grande parte dos subúrbios de Luanda, Bagdad foi criada por pessoas que fugiram da guerra antes da paz de 2002.

A área que o alberga estava, antes, atribuída à União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA). Os camponeses chamavam a zona de Bonde Chapê. Ali mantinham as suas lavras, onde cultivavam mandioca, milho e outros hortícolas. Esses camponeses foram facilitando a ocupação do bairro, por populares fugidos da guerra e que chegavam desabrigados a Luanda.

As lavras deram lugar a terrenos baldios, onde foram erguidas as residências precárias, de forma desordenada, sem obedecer a um mínimo critério de urbanismo. Não há energia eléctrica, nem água potável. Os serviços do Estado são, de todo, inexistentes. Nem escolas, nem centros de saúde. Apenas um vasto areal onde são erguidas as residências que têm, quase todas, como único ornamento um frondoso cajueiro no quintal.

Viver em Bagdad

Onde era a casa de Teresa Monteiro há, agora, um monte de pedras. De lá, pode ver-se, na linha do horizonte, vasto manto com a cor de tijolo. Mais próximo, denota-se que, afinal, o manto não é senão a imagem dos tectos das residências que estão a ser construídas a escassos metros dali. É aquele manto que, na verdade, justifica as razões das demolições. A zona, ora habitada por populares, faz parte do projecto de expansão da nova cidade. A construção de residências novas, mais dignas e, claro, em área já urbanizada decorre em ritmo acelerado. O problema é que essa velocidade implica atropelar tudo o que encontrarem pelo caminho.

Não há, praticamente, aviso prévio. Quem tenha sido encarregue da demolição não tem meias medidas, segundo o depoimento dos populares. Chegam e destroem, aleatoriamente, sem se importarem com avisos prévios ou, ainda, com os haveres que possam estar dentro das residências. Esperança Manuel, que teve de construir uma casa de chapas para viver com a filha e os netos diz que nem sequer estava presente, quando a sua casa foi demolida. A filha, grávida, partira para o centro da cidade em busca de ajuda médica. Ela rumara para o mercado, para preparar o jantar da família. Qual não foi o seu espanto ao regressar: no lugar da residência, deixada intacta, restava apenas pedra sobre pedra.

«Quando vem demolir, eles não dizem nada», queixa-se António Manuel, agora a viver ao relento, com a esposa e os quatro filhos. Como ele, todos os demais entrevistados queixaram-se de não terem recebido uma intimação ou um aviso prévio. Luzia Pedro, de 28 anos, conta que ainda perguntou a um dos agentes da Polícia a razão de estarem a partir a sua casa. A resposta, segundo diz, foi curta: «o terreno é do Governo», reproduz, ao jornalista, aquilo que lhe foi dito por um agente da ordem.

Há ordem para retirar, mas ninguém diz aos populares, para onde devem viver. E isso, claro, está a desesperar todos os que vivem com a perspectiva de viver sem um lar. No dia da reportagem, o jornalista foi cercado por centena de populares desesperados. Cada um queria contar a sua história, mas todas com o mesmo propósito: entender o que seria deles dali adiante, a contar do dia em que foi ou em que lhes será demolida a residência.

De uma coisa Teresa Monteiro está certa. As casas que se vem ao longe não serão, em circunstância alguma, para os actuais moradores de Bagdad. Isso, segundo disse, não incomoda muito. Chateia sim a certeza de que vai perder, a troco de nada, o fruto de uma vida de trabalho intenso a comercializar água fresca, carvão ou qualquer quinquilharia a que pudesse deitar a mão. «Estão a tirar-me também, a vida», aponta.

### **1.3 A realidade da economia angolana (I)**

*Folha 8, 15/11/2008*

Quem está a mentir, o Estado ou os analistas independentes?

KP especializada nos serviços de Auditoria e Consultoria Económica e Financeira, realizou, a 29 de Outubro, na Sala Luanda do Hotel Trópico, seu 4º seminário dedicado à análise dos principais indicadores e económico-financeiros de Angola, no "Estudo de Pesquisa Se o Sector Bancário em Angola 2008."

O seminário reuniu Auditores e Consultores do ramo da economia e finanças, em representação dos vários organismos nacionais e estrangeiros que operam em Angola.

Paulo de Sousa, presidente do Conselho de Administração da KPGM Angola, que fez a abertura do evento, considera: "estamos a viver um momento histórico na economia do mundo, em particular na de Angola que será falado por longos anos,"

Foi-nos dado a consumir um painel de configurações, de gráficos e esquemas de realizações sobre o crescimento económico e probabilidade; financeiras que, na óptica de especialistas, o painel apresentada não estava muito católico. Assim, economistas, bancários e demais participantes convieram por unanimidade que o relatório não devia ser divulgado ao público.

Com destaque para os doutores Emílio Pinheiro, Cláudio e João da Fonseca, que representaram as respectivas instituições e operadores económicos "Por consciência, é um difícil publicar estes dados de crescimento económico, exageradamente apreciados" e alegoricamente decorações."

Petróleo continua a assumir a quase totalidade (95,8%) das exportações, tendo como os dois principais mercados de destino os EUA e a China, ou seja, 74,8% das exportações totais.

Angola importa bens essenciais de consumo, equipamento, viaturas e maquinaria na ordem dos (68,3%), sendo os seus principais fornecedores a Coreia do Sul, os EUA e Portugal, perfazendo 45,7% do total das importações.

Mesmo assim, a nossa economia está capitalizada no mercado informal, desregrado, ultra-liberalizado e à margem da fiscalização. O que significa dizer: pouco produz para aquilo que os dois dígitos de crescimento representariam na realidade económica e social de Angola.

Entretanto, se nos basearmos em dados muito simplistas e se teirmos em confundir os desejos nossos com a realidade palpável, seremos forçados a dizer que o crescimento económico da região do Kivu na RDC é de 50%, devido à extracção anárquica do

precioso Coltan (essencial para a indústria electrónica - telemóveis) e de outros valiosos minerais, por parte das tropas do General Nkunda, O que não é verdade, nem lógico, A KPMG não foi evasiva no seu relatório, falando sobre a urgência na aplicação do organismo de gestão de risco no circuito económico e financeiro angolanos, quando diz: "Infelizmente esta temática tem sido muitas vezes tratada como uma matéria apenas acessível a um número restrito de iluminados e de académicos fechados em gabinetes que se limitam a extrapolar a realidade através de modelos complexos e de difícil interpretação. De igual forma também, esta matéria tem saltado ultimamente para fora desses gabinetes pelas piores razões;"

Ao falarmos da gestão de risco contínua o relatório, "pretendemos aludir ao conjunto de mecanismos que poderão prevenir e minimizar o impacto de crises idênticas à que se vive."

"A robustez do sistema financeiro angolano, aparentemente imune a este conjunto de acontecimentos, será posta a prova à medida que as suas instituições se desenvolvam e se integrem num sistema financeiro cada vez mais globalizado. Este facto impõe não se descurar uma reflexão sobre o tema, sob pena de quando acordarem para esta realidade, as instituições angolanas já tenham sido ultrapassadas pelas suas congéneres estrangeiras que olham com interesse para as oportunidades oferecidas pela economia angolana."

Como os dados exibidos estavam desprovidos de sustentação para serem credíveis, os organizadores do seminário tiveram um embaraço em consubstanciar os argumentos apresentados e elucidar as dúvidas levantadas, defendendo-se que os dados expostos eram da autoria e de inteira responsabilidade do BNA e do BDA.

"Infelizmente esta temática tem sido muitas vezes tratada como uma matéria apenas acessível a um número restrito de iluminados e de académicos fechados em gabinetes que se limitam a extrapolar a realidade através de modelos complexos e de difícil interpretação. De igual forma também, esta matéria tem saltado ultimamente para fora desses gabinetes pelas piores razões."

Por este andar de coisas, Angola nunca espreitará a recessão. 1º porque os dados serão sempre positivos, sobrevalorizados. 2º Porque no estado em que se encontra a população angolana, esta pouco recente o abalo deste tipo de crises, porque está sempre em crise.

3º- Porque Angola nunca produziu como tal; porque vive essencialmente da importação; porque o mundo de trabalho e de assalariados que pagam imposto constitui a milésima parte da população e o OGE é elaborado a partir do preço do barril sub apreciado, ou seja: que não segue a flutuação em alta.

Para que melhor se entenda, o OGE é elaborado



sempre com o barril a 75 USD. E depois, outra questão: "Onde vai o excedente que a exploração do Crude fornece quando por exemplo, o barril está a 160USD, e a produção é aumentada? O que é o fundo bonificado do petróleo, qual o seu destino? Quem sabe o que se gastou do OGE anterior, receitas e o saldo positivo Ninguém responde. Perguntou-se no enalço, o porquê que: neste caso em que está em jogo a credibilidade e a imagem do governo de Angola e de todos os angolanos, nunca está presente um membro do governo para se explicar ou para esclarecer dúvidas. Nunca um ministro vem a publico para esclarecer situações ou aclarar programas destinados a sociedade?

Para José de Almeida é impressionante, deveras preocupante o desprezo que os governantes angolanos dão aos seus concidadãos. Nunca têm satisfações a dar a ninguém. O que os compatriotas têm de fazer, é só seguir. O povo não é consultado, os deputados não são informados com lisura. As instituições e ministros não se concertam, nem acertam. O que existe é o mono dialogo, apenas ordens para serem executadas.

Ainda José de Almeida "a democracia à moda africana é arcaica, penível e absurdo." "O governo esquece-se de que esta para servir o legitimou. Logo, as decisões que toma devem ser em seu nome. Por isso, antes da sua implementação, este mesmo povo como único soberano, e por respeito ético, deve ser no mínimo informado, definimos como transparência.

No ponto de vista dos especialistas, o crescimento económico para ser positivo e comprovado tem de se repercutir e interagir no social – desenvolvimento humano dos cidadãos, o que não é o caso em Angola.

É verdade que se deve reconhecer o esforço envidado pelas autoridades angolanas para o crescimento humano, mas não deve ser isso razão para a sobrevalorização.

- Só isso basta para explicar a apetência do investimento estrangeiro em Angola e do porquê que os governantes angolanos apostam mais no investimento estrangeiro (pois dá mais lucros individuais), do que na produção nacional que, em toda a parte do mundo, é geradora de empregos, distribuidora de bens e estabilizadora do bem-estar social colectivo ou nacional.

Diz-se por cá: por detrás de uma empresa angolana, esta um chefe angolano. Serve também para explicar o porquê que observadores preferem falar mais do progresso efectivo e comprovado no sector bancário e financeiro, menos do que das empresas transformadoras nacionais que, não obstante estes dois sectores serem familiares e relacionarem-se, não deixam de ser notoriamente diferentes.

Importa realçar e disso nos temos esquecido, que os gráficos sobre a economia angolana são configuradas a

partir de uma realidade económica e social surrealista. Sua avaliação é feita de imaginações, contrariamente a outros países que já deram passos substanciais. Portanto, se nos cingirmos nessa ficção, podemos estar de acordo com os dados fornecidos. De outro modo, a consciência avisada não encaixa este tipo de informações.

Finalmente, o que recomendam os acordos de Basileia I e II?

Com o objectivo de restabelecer a confiança dos investidores, Basileia II como alongamento do que foi decidido em 1988 em Basileia I e para colmatar crises e identificar obstáculos, recomenda a observância de três princípios: O 1º diz respeito à definição dos métodos de calculo dos montantes mínimos de fundos próprios que os bancos deverão deter para fazer face aos riscos de credito, mercado e operacional que incorrem no desenvolvimento da sua actividade, aumentado significativamente a sensibilidade dos requisitos de capital aos riscos incorridos e técnicas de mediação de risco adoptados pelas instruções.

O 2º tem por objectivo reforçar o processo de supervisão e controlo por parte das entidades reguladoras sobre a suficiência de fundos próprios e promover a responsabilização dos órgãos de gestão das instituições pela gestão de risco e mecanismos de corporate governace.

O 3º tem como propósito promover a transparência da informação de risco, através da introdução de princípios e regras de divulgação de informação, estimulando os mecanismos de informação de risco, através da introdução de princípios e regras de divulgação de informação, estimulando os mecanismos de regulação pelo próprio organismo.

Porque, depois de todo este cenário, no nosso entender, deveria haver menos sumptuosidade, mas maior sobriedade por parte dos peritos ou dos analistas que têm levado ao público o painel sobre o estado da economia angolana. A sofisticação dos termos só vem a confundir o publico sobre uma situação já em si confusa.

## **1.4 No Catin Tom um esgoto que dá "emprego"**

*Novo Jornal, 14/11/2008*

É público que, nos últimos dez anos, o município da Maianga viu nascer, na sua área de jurisdição, um bairro denominado Catin Tom. Mas seguramente o que muitas pessoas não sabem é que este nome surgiu na sequência de uma vala de drenagem que passa pelo bairro. Saídas da Avenida Brasil, mais concretamente da Cidadela, as águas do esgoto que desaguam na praia do Benfica passam também pelo bairro Kassequel. Por sinal, o referido esgoto está carregado de alguns

"milagres". Para além de dar nome ao subúrbio, está a dar ocupação laboral a muitos moradores da área e não só.

Na tentativa de lutar pela sobrevivência e combater o desemprego, os habitantes tiram daí água para a lavagem de carros. A água é captada por electrobombas, transformando boa parte da margem do lado direito do esgoto num dos maiores parques de lavagem de viaturas da capital.

As imagens falam por si. De acordo com relatos recolhidos no local, tudo começou quando algumas pessoas começaram a tirar água da vala com baldes. Com andar do tempo, o número de clientes aumentou, tornando a actividade cada vez mais lucrativa, e por isso, disseram os entrevistados, houve necessidade de recorrer às máquinas para satisfazer a demanda. Para já, os lavadores de carros que encontramos não sabiam dizer quem foi a primeira pessoa que utilizou a também chamada moto bomba para puxar a água com o intuito de lavar carros, nem quando isto começou. É que os "inventores" já não trabalham naquele local.

A verdade é que, actualmente, se instalam aí todos os dias mais de dez electrobombas. E se no passado se podia dizer, em fracções de segundos, quantos lavadores existiam e quantos carros eram lavados por dia (não passava dos dez), hoje levaria muito mais tempo para responder a estas duas questões. Hoje, contam-se mais de cem pessoas a operarem aí.

Cidadãos de diferentes estratos sociais preferem aquela "estação de serviço". Vêm-se até carros da marca Hummer a serem lavados no local. Os taxistas são considerados clientes assíduos.

"Aqui até carros de directores de empresas vêm para serem lavados. Carros de empresas, táxis, todos vêm aqui. Nós lavamos bem mas cobramos barato. Vêm pessoas de vários sítios de Luanda", disse Defazio, lavador há um ano.

As motobombas trouxeram o que se poderia chamar de "revolução industrial" na actividade informal de lavagem de carros no Catim Tom. O esgoto que gerou "patrões e empregados", tem mais de 200 metros da sua margem direita ocupada pela lavagem de viaturas.

Como são muitos os interessados no negócio, na tentativa de se evitarem problemas, dividiram-se os terrenos na ordem dos dez metros quadrados cada. As máquinas puxadoras de água suportam entre sete a dez mangueiras. Há classes de patrões (proprietários dos terrenos e das máquinas), gerentes (gerenciam a actividades) e de empregados (lavadores de carros). "Nós respeitamos mesmo assim. Cada um cuida do seu trabalho. Os donos das motobombas só vêm para recolher o seu dinheiro e mais nada. Os lavadores de carros também fazem a sua parte. O gerente controla o dinheiro e cuida da manutenção da motobomba", explicou Elísio, um dos gerentes.

Geralmente a labuta começa às seis horas e termina às 18 horas e 30 minutos. Os preços variam entre 500 a dois mil kwanzas, em função do tamanho das viaturas. Este último preço é o que se cobra para se lavar camiões e autocarros.

Diariamente os patrões recebem do gerente pelo menos oito mil Kwanzas. Dos sete dias de facturação um é para o "fiel do armazém". Já os lavadores ganham por cada carro lavado. Em outras palavras, estes ficam apenas com 60% do dinheiro de cada viatura que lavam, o resto é para o dono da máquina. Fazendo as contas, o dinheiro que se ganha naquele esgoto durante o mês supera o salário de muitos funcionários públicos. Segundo algumas pessoas que ali trabalham, às vezes nos dias normais da semana chegam-se a lavar 500 carros. Este número é ultrapassado nos fins-de-semana, dias em que mais se registam clientes.

É deste "emprego dado pelo esgoto" que aqueles angolanos, maioritariamente vindo de outras províncias, sustentam as suas famílias. No mesmo ofício, labutam muitas crianças. "Quando me pagam uma parte do dinheiro dou na minha mãe, outra parte compro brinquedos. Só fico aqui de tarde, porque de manhã vou à explicação", disse Jó, um pequeno de 12 anos que troca a escola pela lavagem de carros.

A vala representa uma alternativa rápida e eficaz para quem faz da lavagem de carros o seu ganha-pão. Como afirma Zé Pequeno, "se a vala não passasse" ali, "não se lavaria carros" no local, uma vez que não há água canalizada. "Teríamos que comprar água dos tanques a 50 kwanzas o balde de 25 litros", explica. "Não tenho mulher nem filhos, mas tenho irmãos pequenos que estão sob a minha responsabilidade. Por isso, parte do dinheiro, que dou à minha mãe para satisfazer as nossas necessidades em casa", acrescentou.

Manuel João, de 34 anos, também não esconde a necessidade que tem de trabalhar naquele local: "Tenho três filhos e penso que o dinheiro que ganho dá para minimizar alguns problemas em casa. A minha esposa também faz qualquer coisa, ela vende pão no mercado e vamos sustentar assim os nossos filhos. Conseguir um emprego hoje em dia é muito difícil, por isso, para não morrer de fome remediamo-nos aqui no rio do Catim Tom".

Ele que, trabalha aí como gerente de uma motobomba, lamentou o facto de que muitos dos lavadores de carros da zona acabarem por usar o dinheiro nas drogas. De igual modo, mostrou a sua insatisfação por ver crianças a "especializarem-se" em lavagem de carros quando deviam ir para escola.

"Eu estou aqui por necessidade, não porque gostaria de ficar a trabalhar desta forma e penso que os colegas vieram pela mesma razão. Mas há jovens que usam o dinheiro em bebidas alcoólicas, o que apenas piora os problemas deles. Também infelizmente temos aqui miúdos dos dez a 18 anos a lavarem carros. Estão a viciar-

se no dinheiro e outros maus hábitos dos mais velhos",  
lamentou Manuel João.

## 2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

### 2.1 Micro-Crédito para 930 pessoas em Benguela

*Jornal de Economia e Finanças, 7/11/ 2008*

Mais de USD 185 mil foram disponibilizados pela Acção para o Desenvolvimento Rural Angolano (ADRA) durante este ano para um pacote de micro-crédito que beneficiou 930 pessoas na província de Benguela.

Segundo Maria Teresa Vitória, trabalhadora da ADRA, o objectivo do crédito é essencialmente facilitar a implementação de iniciativas de carácter económico e produtivo com o propósito de melhoraras condições de muitas famílias.

A responsável, que dissertou na conferência científica sobre alimentação e nutrição promovida em Luanda pela Associação dos Amigos e Naturais de Angola (ANANG), realizada nesta semana, disse que a ADRA continua a dar primazia para a concepção de créditos para reduzir o índice elevado de pobreza da população nas zonas rurais.

Como resultado da acção do micro-crédito nota-se já uma melhoria no acesso à alimentação das pessoas. As famílias que têm acesso ao financiamento podem diversificar a sua dieta alimentar e aumentar o seu efectivo animal.

Outro ganho que o micro-crédito já está a possibilitar às famílias beneficiadas é o aumento do terreno cultivado de acordo com a ADRA, as 62 famílias que receberam o incentivo aumentaram as suas áreas de cultivo de urna média de 1,5 hectares cada para 4 hectares.

A oradora afirmou também que para a promoção de segurança alimentar, no país é necessário aumentar a, produção agrícola no sector familiar rural, apoiando sobretudo as mulheres. Isso pode ser feito, atreves da promoção de acesso aos insumos agrícolas, da capacitação técnica e em gestão para que os cidadãos possam ter meios de que necessitam para produzir o suficiente para a sua alimentação e também, para vender os excedentes

### 2.2 O fim do "Shopping Center" dos pobres

*Folha 8, 15/11/ 2008*

O mercado do Roque Santeiro tem fama de ser o maior espaço comercial a céu aberto de África e um antro de criminalidade de Luanda, mas hoje é apenas um "Shopping Center" dos pobres com os dias contados.

O velho Roque Santeiro nasceu no início da década de 1980, quando o País vivia uma das mais violentas guerras de África e a capital de Angola era a "fortaleza" em que o povo procurava refúgio e segurança.

Foi inaugurado oficialmente em 1991, era o Mercado Popular da Boavista; mas todos lhe chamavam Roque por causa da telenovela brasileira "Roque Santeiro", esse foi o nome que ficou até hoje. Impôs-se em tamanho e em utilidade.

Quando tudo faltava na cidade, ali conseguia-se sempre uma porção de farinha de mandioca para o "Funje" que fazia fugir a fome são mais de 50 hectares cobertos por chapas de zinco, nas quais se vende de tudo, da maçaroca de milho assado ao mais moderno computador.

Da colina do Sambizanga, onde este fervilhante espaço está localizado, tem-se uma magnífica vista sobre a paradisíaca (à distância) baía de Luanda, mas todos os acessos rodoviários do Roque são um "inferno".

A confusão é total devido aos milhares de candongueiros (carrinhas de 18 lugares que são ainda o único transporte público de Luanda), muita poeira e fumo das lixeiras a arder, a forma que a população e os comerciantes do Roque encontraram para se livrar do lixo.

De fora, nada o indica, mas lá dentro tudo está organizado e é fácil chegar onde se quer. O administrador do mercado, Vitorino Kitokolo, confirma, "com orgulho", a ideia transmitida pelos vendedores. "Hoje, o Roque está pacificado, a criminalidade foi expulsa". O seu escritório fica no "coração" do mercado.

Uma das razões que catapultaram o Roque para as bocas do mundo foi a ideia de que este era também um importante entreposto de armamento ilegal, incluindo de guerra.

Dizem os mujimbos [rumores] que aqui se vendia desde maçarocas de milho as lança-roquetes. O administrador admite essa fama, mas diz não poder confirmar aquilo que nunca viu. Mesmo no centro do Roque fica a secção de informática. Não se vendem apenas computadores e todo o tipo de acessórios, instalam-se programas, vendem-se software e dezenas de jovens revelam a sua destreza no teclado pirateando tudo.

Sob as chapas de zinco, o calor é imenso, sobre o chão, em terra batida por muitos anos de serviço, quando chove, a lama impõe-se; mas a tudo isso o Roque Santeiro sobreviveu. Até agora.

O mercado não vai sobreviver à vaga transformadora que, desde 2002, com o fim da guerra em Angola, está a fazer de Luanda uma cidade nova. E o Roque é o passado.

Panguila, a 30 quilómetros a norte de Luanda, é a nova casa para os comerciantes do Roque Santeiro. As instalações estão prontas, é um espaço moderno e limpo.

É o futuro, mas "distante demais" apontam os vendedores. A recusa em mudar para este novo local é generalizada. As dezenas de comerciantes do Roque afirmam sem titubear: "Para o Panguila não".

Adivinham-se tempos difíceis quando a administração municipal do Sambizanga der a esperada ordem para o fim do Roque Santeiro.

São mil metros de comprimento por 500 de largura com muita gente dentro. Cinco mil vendedores e, pelo Roque, passam 20 mil clientes por dia.

O administrador está confiante de que a mudança, ainda sem data marcada, vai ser pacífica, em virtude de acreditar que o Panguila, espaço moderno, "é que é bom".

### **2.3 Kínguilas de rua viraram credoras**

*Jornal de Angola, 16/11/2008*

Susana Guilherme, 34 anos, tem toda uma vida marcada pelo negócio de cambista de rua, vulgo "kínguila". Ainda tinha 18 anos, quando no início da década de 90 começou a engrenar no "kinguilismo ou cambismo de rua". De lá para cá nunca mais parou. Começa às sete da manhã, horário fixo. Todos os dias, à mesma hora, sentada a poucos metros do Terminal Aéreo Militar (TAM), abana ininterruptamente um "cacho" de notas, anunciando que troca a moeda nacional pelos desvalorizados dólares.

É uma "veterana" que conhece muito bem os meandros do negócio. Mas já há muito que não dá grandes proventos. Susana Guilherme recorda que há 10 anos o negócio era viável, mas agora entrou na onda das "vacas magras", muito em consequência das políticas monetárias adoptadas pelo Governo. "Por cada 100 dólares vendidos ganhamos 200 kwanzas e nem todos os dias são santos", lamenta. Já há alguns anos as "kinguilas" deixaram de ver no câmbio informal uma saída viável para o sustento familiar e a subsistência. As razões desta mudança são diversas. A primeira e mais importante advém do facto de o país estar a viver um período de estabilidade e controlo da inflação. Mas o surgimento de bancos e casas de câmbios é também uma razão de peso para a estagnação do negócio.

Para contornar a conjuntura, Susana Guilherme

adoptou novos procedimentos. Já não se dedica apenas à troca do dólar pelo kwanza. Também concede pequenos empréstimos. Suzi, como é vulgarmente conhecida, tem uma franja de clientes a quem empresta dinheiro sem o mínimo de desconfiança. Os empréstimos rendem mais do que os câmbios. Um empréstimo de 300 dólares rende 450, margem de lucro de 150 dólares. É especulação! "Eu particularmente faço empréstimos a muita gente e devo dizer que é rentável, desde que as pessoas devolvam o dinheiro emprestado e os juros", disse.

Em São Paulo, a situação não foge à regra. Para Zinga, 29 anos, a saída é a persistência. "Já não se ganha muito com este negócio, as coisas mudaram e as pessoas estão a ganhar outra cultura, preferem os bancos", refere. Com uma média de clientes que vai dos quatro aos sete por dia, começou a sentir a necessidade de encontrar alternativas de negócio.

"Já temos outras alternativas, preferimos emprestar dinheiro com uma margem de juros, que geralmente vai aos 50 por cento. E a única via, embora nem todas as pessoas a quem emprestamos sejam confiáveis", conclui. Não obstante as mudanças, os (as) kinguilas não desistem da actividade. Ou porque não têm outras saídas para novos empregos e novos negócios, ou porque não têm qualificações académicas. Estas são as razões mais apontadas pelos novos credores de rua e de quintais.

As necessidades económicas da maioria da população, são ilimitadas, diz Angelina Imbo, que acrescenta: "por isso não faz sentido parar de trabalhar ainda que isso signifique ganhar 50 kwanzas por cada 100 dólares".

### **2.4 Negócios de quase nada**

*Jornal de Angola, 16/11/2008*

Mulheres novas, mulheres velhas, mulheres meninas, de passo apressado gritam pregões. Enchem a Mutamba e as ruas que saem da praça como raios de uma grande circunferência que é a velha Baixa luandense. A cabeça das kitandeiras carrega bacias repletas de negócios de ocasião.

Elas levam à cabeça a renda de casa, as propinas da escola dos filhos, o pagamento da água e da luz, a roupa, o calçado, o milongo da diarreia e do paludismo. As mais novas carregam caixas, pilhas de produtos. E nas costas vão., as crianças que dormem ou olham indiferentes para o trânsito frenético.

O negócio a olho nu parece pouco ou mesmo nada: Mas, aquelas kitandas ambulantes são tudo para quem nada têm. Elas são dignas, comerciantes, mas cansadas. Vivem sob o sol escaldante e aos empurrões dos fiscais e polícias. Mas as kitandeiras são persistentes.

Como têm de dar de comer família quando chegam a casa, são obrigadas a enfrentar tudo, como verdadeiras

heroínas. Maria Bassakwa, 58 anos é vendedora de galete.

Antes de optar pela rua da Alfandega vendia no mercado do Prenda. Com a abertura do comércio ao ar livre e com a transformação das ruas de Luanda" num imenso centro comercial, instalou-se a Baixa, onde os fregueses circulam a pé e sem pressa.

## **2.5 Empurradas a vender na rua**

*Semanário Factual, 21a 28/11/ 2008*

Algumas vendedoras do mercado do Quefica, na comuna do Benfica, município da Samba (Luanda) estão indignadas com a administração que gere a praça por colocar as quitandeiras a comercializarem os seus produtos fora do recinto, alegando que algumas mercadorias sujam a dependência.

Segundo apurou o Factual, as vendedoras de manga são as mais visadas com esta atitude da administração, porque na óptica do administrador, ao fazerem a venda deixam o espaço sujo, o que acarreta custos elevados para a sua limpeza.

Indignada com esta decisão, Marta Andrade, uma das vendedoras de manga, afirmou não compreender esta decisão, porque elas, como todos os outros vendedores, sujam o recinto, mas quando acabam as vendas no final do dia varrem, embora paguem um subsídio diário aos fiscais para manter a higiene no local.

"Como é que estes indivíduos nos correm deste local que foi concebido para ser usado por todos os vendedores sem distinção de mercadorias? Se querem luxo na praça, construam empreendimentos como o shoppings", desabafou irritada Marta Andrade.

Por sua vez, Julieta Cassete, vendedora há mais de 10 anos, deu a conhecer que nunca viu coisa semelhante, nem mesmo no tempo colonial., "porque os colonos colocavam as quitandeiras em locais próprios", recordou, triste com a actual situação.

"Eu era nova no tempo do Caputo e vi muitas situações que os negros viveram, mas o que está acontecer neste mercado é incrível, pois cada fiscal dá ordens e nós, por vendermos produtos do campo, não podemos estar dentro do recinto", desabafou.

Acrescentou acreditar que situações dessas podem incitar à revolta, pois todos os dias são atirados de um local para outro, sem que lhes seja dada uma satisfação plausível.

Segundo a interlocutora do Factual, os vigias do mercado do Quefica procuram extorquir dinheiro aos vendedores, mesmo as que comercializam produtos fora do estabelecimento.

"Nós temos que aceitar, pois temos famílias para sustentar. Eles cobram 50 kwanzas por cada caixa, por exemplo, agora o senhor jornalista imagina, dois fiscais a cobrarem em dois períodos o mesmo valor (...)", frisou.

"Já pagámos 200 kwanzas à cabeça pelo transporte, mas as caixas o mesmo valor, muitas das vezes as frutas estragam e nós não conseguimos tirar algum lucro, temos que aguentar estes chuladores", desabafou indignada a vendedora Domingas Bernardo.

Ela confidenciou que aguenta todos os dias ser "avacalhada" pelos fiscais, porque ela é quem aguenta a casa, uma vez que o marido está desempregado e vive apenas de pequenos biscates, que nem sempre aparecem.

"Se eu não aguentar esta confusão, como vou comer em minha casa? As crianças, como vão obter o material escolar". Como pagarei outras despesas", interrogou-se.

Segundo ela, se os mercados foram concebidos para permitir aos vendedores funcionarem em locais apropriados, como é que agora só certos produtos são que podem ser comercializados?

O mercado do Quefica, com novo visual depois das obras feitas aquando da reabilitação das praças de Luanda, na gestão do então governador Job Capapinha, começa a apresentar paredes sujas, lixo na entrada principal, próprio de uma má gestão da administração.

## **2.6 Governo de Luanda realiza feiras para retirar vendedores das ruas**

*Jornal de Angola 23/11/2008*

O Governo da Província de Luanda (GPL) começou, este mês, a implementar, em quatro municípios, o projecto "Feiras Itinerantes", com o objectivo de retirar de forma gradual e ordenada as vendedoras ambulantes das ruas.

Segundo uma nota do Governo de Luanda, outro objectivo das feiras é manter as vendedoras controladas e contribuir para o desenvolvimento urbano e sustentável da capital do país.

Reduzir o número de atropelamentos e acidentes na via pública, evitar o congestionamento e proporcionar ao cidadão o acesso sem constrangimentos aos diversos produtos de utilização costumeira, constam, igualmente, dos objectivos da realização destas feiras.

No município da Maianga, a feira será realizada em frente ao Hotel Fórum, enquanto na Ingombota as quitandeiras deverão concentrar-se no largo da rádio Luanda Antena Comercial (LAC).

O projecto Nova Vida foi o local escolhido para a feira

no Kilamba Kiaxi, e no município do Rangel a feira itinerante será realizada no largo do Soweto.

Nas feiras, a decorrer das 9 às 17 horas, estão autorizadas a serem comercializados produtos hortofrutícolas, ovos, galinhas vivas e flores.

A nota do Governo de Luanda informa que as exposições serão realizadas todas as terças e quintas-feiras, bem como aos sábados. À semelhança das feiras itinerantes, o Governo Provincial de Luanda tem estado a promover feiras agro-pecuárias em cada final do mês, tendo sido já realizadas sete feiras do género, visando promover e desenvolver a produção do campo, facilitando a sua aquisição por parte do cidadãos.

O evento expõe em cada uma das suas edições produtos diversos, desde os provenientes do mar e aos do campo.

Se no passado, Luanda era vista como uma província que dependia dos produtos provenientes de outras partes do país, hoje em virtude da realização destes eventos, promovidos pelo GPL, a situação é diversa.

Luanda é uma potência agrícola e pesqueira, o que permite que os preços praticados nas feiras sejam acessíveis a qualquer pessoa que queira variar a sua dieta alimentar.

## **2.7 A guerra entre as zungueiras e a polícia, continua**

*Folha 8 29/11/ 2008*

Todos os dias das 06 às 19 horas, assiste-se a correrias e poucas-vergonhas. As quitandeiras acusam a polícia, para além dos açoites que recebem, de confiscar suas mercadorias para serem vendidas no escuro. Polícia defende-se: Artigos confiscados têm sido encaminhados para o Beiral. Argumento difícil de se comprovar. O certo é que: o cenário que nos é dado à ver nas praças ambulantes dos arredores do mercado dos Congolenses, é triste e desolador. Governo provincial tem planos para decorar as bermas das estradas, mas não tem soluções no imediato para acomodar aquela gente pobre que no fim do dia, por vezes nem sequer chega a vender o suficiente para pagar candongueiro de regresso à casa. Como variadíssimas vezes se disse: "Governar é saber prever. Antes de se destruir, é recomendado que se construa primeiro". Esta gente que está na zunga, não tem formação, se estudou não tem culpa de não ter um emprego. Portanto, não tem outra forma de se desenvencilhar na vida, senão zungar ou meter-se na prostituição que não é apanágio de toda gente. Pois, ser pobre não é ser prostituto. Em Angola ser pobre não é crime de mãe, é crime de governo que nos governa.

# 3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

## 3.1 São poucas para cada município

*Semanário Factual, 7/11/2008*

Pelo menos os administradores dos municípios de Luanda que já beneficiaram dos cinco milhões de dólares cada já puderam perceber que, afinal, o dinheiro disponibilizado é "uma gota no oceano".

No entanto, embora sendo pouco é possível com ele realizar obras de vulto como electrificar os municípios, fornecer água potável e melhorar o saneamento básico.

São estes os três factores que mais chamam a atenção dos governantes, dada à sua importância para as populações, para as habitações e para as indústrias transformadoras.

Mas é preciso dizer que esta medida do governo foi bem acertada e chegou no momento exacto, pois os anteriores administradores viam por um túnel o dinheiro de que precisavam para implementarem os seus projectos municipais.

O exercício é válido mas em função da grandeza dos municípios o certo é que também os montantes teriam que ser diferenciados.

Veja-se o caso do município do Cazenga. Tem três comunas e é o maior da província de Luanda, com três milhões de habitantes. E, tal como os outros de menor dimensão, também recebeu cinco milhões de dólares.

Mas, o empenho da administração municipal permitiu a electrificação de quase todo o Cazenga, a instalação de chafarizes com água potável e a terraplenagem e asfaltagem de várias ruas, antes intransitáveis.

No decorrer deste ano, o projecto já agrupou 68 municípios no programa de descentralização municipal e está a servir como experiência para a sua extensão total aos demais municípios, que culminará no propósito de descentralizar o poder local.

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, prestou esta informação no Cunene e voltou a enaltecê-la no Bié para onde viajou esta semana com o fito de apresentar Cândida Celeste à população buena, a exemplo de Ondjiva onde também apresentou o novo governador provincial à população.

Ali, o governante referiu que esta medida do executivo

angolano visa tomar os municípios mais promissores financeiramente e facilitar as iniciativas locais.

Elucidou que este programa vai ser inserido numa medida de longo alcance dentro da governação do país, o que irá proporcionar aos municípios uma gestão financeira descentralizada e terão as suas próprias unidades orçamentais.

Nesta óptica, os municípios terão facilidades em desenvolver programas de impacto social, de modo a contribuir para a melhoria da situação socio-económica das populações e permitir que o desenvolvimento seja acelerado e equilibrado.

Contudo, esta situação irá exigir uma fiscalização rigorosa e séria por parte do executivo local para que os fundos públicos sejam devidamente aplicados para o bem do cidadão.

Virgílio de Fontes Pereira explicou que os governos provinciais, em pareceria com as direcções das Obras Públicas, devem intensificar a fiscalização dos projectos, sobretudo os da construção e reabilitação de infra-estruturas.

O semanário Factual soube entretanto que as verbas atribuídas aos municípios terão a fiscalização dos órgãos vocacionados.

Nesse sentido, a fiscalização envolverá os inspectores do Ministério da Administração do Território, dos Governos provinciais, bem como a inspecção que será feita pelo Ministério da Finanças e o Tribunal de Contas.

Até então, poucas funções eram atribuídas às administrações municipais, restritas principalmente à manutenção de algumas actividades governamentais já existentes, mediante recursos limitados que eram definidos e geridos pelos governos provinciais.

As administrações municipais não exerciam nenhuma função relativa à elaboração e execução de um plano de desenvolvimento económico e social para a sua localidade.

O decreto-lei 17/99 é a legislação que estabelece as funções de cada nível de administração local.

De acordo com este decreto são competências das administrações municipais a segurança pública, a assistência social, educacional e sanitária. A lei obriga também as administrações municipais à limpeza pública e ao saneamento básico, bem como o urbanismo, a colecta e o tratamento do lixo, enfim o desenvolvimento local numa perspectiva mais abrangente.

De resto, a intervenção da sociedade através do conselho de auscultação e concertação social irá ser o barómetro do trabalho a desenvolver pelas administrações municipais, pese terem nas mãos a "pequena fatia" de cinco milhões de dólares.



### **3.2 Desarmamento da população ajuda a reduzir caça furtiva**

*Jornal de Angola, 9/11/2008*

A caça furtiva, nos últimos tempos, em várias áreas da província do Kwanza-Sul, está a diminuir consideravelmente devido à campanha de desarmamento da população civil.

Alguns cidadãos tinham em sua posse armas de diferentes calibres e ilegalmente dedicavam-se à prática dessa actividade com o objectivo de obter lucros com a venda de carne fresca e seca de animais selvagens nos principais mercados dos municípios.

Em contrapartida, os caçadores furtivos optaram por fazer caça, utilizando armadilhas rudimentares ou veneno, daí que o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDF) apela à população a evitar consumir este tipo de carne de caça "por ser prejudicial à saúde humana" e ser comercializada sem as mínimas condições de sanidade.

O director provincial do IDF no Kwanza-Sul, Eugénio Francisco João, deu a conhecer que a instituição que dirige debate-se com a falta de quadros capacitados e meios de trabalho para a fiscalização a fim de reduzir esta prática, mas reconheceu, com agrado, o contributo da Polícia Nacional assim como de outros órgãos de segurança.

Em relação à exploração da madeira, disse que se efectua com maior incidência nos municípios do Amboim e Kilenda, onde, anualmente, são retirados mais de oito mil metros quadrados, por ser uma matéria utilizada na confecção de mobiliário e outros trabalhos de construção e reabilitação de infra-estruturas sociais.

De acordo com Eugénio Francisco João, as florestas existentes nestes municípios estão em áreas onde antigamente era cultivado o café.

Devido ao baixo preço do café no mercado, muitos cidadãos optaram pelo corte de árvores, ignorando as consequências da desmatção.

O director do IDF deu a conhecer que se encontra na fase final a preparação de viveiros na localidade dos dois morros na área do Quacra (município do Sumbe) com capacidade para mais de 250 mil plantas a fim de assegurar o repovoamento florestal em determinadas zonas da província.

### **3.3 Estreantes absolutos**

*O País, 14/11/2008*

Todos os novos governadores provinciais nomeados no mês de Outubro são estreantes na função, nenhum deles tinha alguma vez dirigido uma província angolana. A injeção de sangue novo foi ao ponto de terem sido nomeadas apenas quatro pessoas com experiências governativas em Angola.

As nomeações dos novos governadores para nove províncias do país, exactamente metade das dezoito que compõem Angola, não tiveram nada de semelhante às anteriores nomeações. Os novos governadores foram nomeados para governar e para ganhar ou para preparar o terreno para a vitória nas eleições autárquicas que aí vêm. Cada um dos novos governadores tem competências para os cargos e para as características particulares das províncias a que foram enviados. Isaac dos Anjos, por exemplo, além de ter ido parar a uma província essencialmente agrícola, tem competências para fomentar o turismo e a industrialização da Huíla, além de ser uma pessoa acessível e de fácil convívio. Cândida Narciso é uma mulher que está quase em casa, nasceu no Moxico, a sul da província que agora governa, tem afinidades culturais e linguísticas, além de uma vasta experiência de contacto com as populações.

O seu papel como presidente da Comissão para a Educação, Desporto e Cultura do Parlamento deu -lhe o necessário para trabalhar nestas -áreas, numa província que é conhecida essencialmente pela actividade diamantífera. São apenas dois exemplos que atestam as especificidades das missões de cada um dos governadores numa época em que além de terem de governar para ganhar votos as províncias começam a competir entre si, veja -se a forma como as feiras agro-pecuárias põem o Huambo, a Huíla, o Kwanza Sul e Benguela em busca do título de melhor no ramo.

De Embaixadores a governadores Mawete João Baptista, Armando da Cruz Neto e Albino Malungo, são os casos de personalidades que deixaram os cargos de embaixadores de Angola no estrangeiro para virem ocupar cargos de governadores provinciais. De entre estes, Mawete João Baptista é o que mais tempo esteve como embaixador, desde os anos oitenta.

Missão: trabalhar

Albino Malungo é, deste grupo, o único com experiências de governo em Angola, onde exerceu o cargo de ministro da Assistência e Reinserção Social. Armando da Cruz Neto, por seu lado, é um militar na reserva que deixou o cargo de chefe do estado maior-general das forças armadas para ir representar o país no reino de Espanha. Volta agora para se ocupar da província de Benguela, uma das que se advinham como as mais complicadas em termos de luta política nas primeiras eleições autárquicas, ainda sem data marcada.

Mas de ex-militares há mais: Eusébio de Brito Teixeira, o novo governador do Kuando-Kubango, foi

comandante da sexta região militar e não se lhe conhece qualquer cargo fora das forças armadas.

Trabalhar mais e falar pouco é o que deverão fazer os novos governadores, seguindo uma orientação do líder do seu partido e Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. Assim, Malungu, Cândida Celeste e Armando da Cruz têm a missão de aproveitar o arranque do Caminho-de-ferro de Benguela para relançar em termos económicos e sociais as suas províncias. Brito Teixeira e Didalewa têm a difícil missão de transformar o Cunene e o Kuango Kubango de terras do fim do mundo em terras do progresso, Cândida Narciso deverá mostrar que a Lunda-Sul é muito mais que diamantes e Mawete deverá mostrar que o Uíge não ficou parado no tempo em que o café fazia fortunas em Angola.

Uma curiosidade será a de ver como se comportarão os governadores e como os acvaliarão os governados nas províncias antes lideradas por homens da UNITA, por força do protocolo de Lusaka que permitiu a formação do GURN. São os casos das províncias do Kuando-Kubango, Uíje, e Lunda-Sul. Contará para as autárquicas.

### **3.4 Pensões para trabalhadores por conta própria já estão enquadradas no regime contributivo**

*Jornal de Angola, 20/11/ 2008*

A Associação Vanguarda Visionária (AVV) apoia necessidade criação de mecanismos legais que permitam aos trabalhadores informais (ou por conta própria) constituírem o seu fundo de pensão no Instituto Nacional de Segurança Social.

Um Workshop para analisar o regime tributário dos trabalhadores informais está programado para os próximos dias, devendo passar em revista a questão das Kínguilas, zungueiras, lavadores de carro, vendedores de mercados e empregadas de limpeza.

Segundo o jurista Marcos Pereira, secretário-geral da AVV, a associação pretende com esta contribuição reflectir sobre alguns aspectos do regime tributário, que, no seu entender, precisa de ser revisto "por existirem poucas contribuições no que diz respeito a essa matéria", afirmou Marcos Pereira.

O jurista que falava à rádio Luanda Antena Comercial (LAC) disse que a sua associação, está a criar as condições necessárias para se levar a cabo uma discussão em torno do regime tributário para que se encontre uma solução que permita o enquadramento dos trabalhadores informais no Instituto de Segurança Social.

"E preciso que, no futuro, os trabalhadores informais tenham um fundo de pensões que os ajude no declinar da vida", referiu. Para que tal se concretize, Marcos Pereira defende a liberalização do pagamento da tributação ao Instituto Nacional de Segurança Social, fazendo com que os trabalhadores informais passem a tributar na segurança social na base de um salário mínimo diferente de quem está no activo.

O funcionário público tributa três por cento e a entidade patronal oito por cento, o que perfaz um total de 11 por cento, realçou o jurista, que, para a franja de trabalhadores informais, o Estado devia encontrar um meio-termo, na medida em que estes últimos dependem de si próprios para o pagamento da segurança social.

Director do INSS esclarece

Segundo a proposta do secretário-geral da organização juvenil, os trabalhadores informais passariam a pagar cinco por cento, subvencionando o Estado com cinco por cento a constituição do pagamento das pensões destes trabalhadores.

O director do Plano de Modernização do Instituto Nacional de Segurança Social, Manuel Moreira, reagindo à iniciativa da Associação Vanguarda Visionária, disse, por sua vez, que os trabalhadores por conta própria já tributam na caixa de segurança social.

"Estas associações podem de alguma maneira ter mínimos passíveis de contribuição, como se está a fazer com o regime tributário dos músicos, dos artistas e compositores e das actividades religiosas", referiu, sublinhando que a referência para as tributações é o salário mínimo.

Estes trabalhadores, sublinhou o responsável do Instituto Nacional de Segurança Social, poderão ingressar no âmbito da protecção social obrigatória e daí colher algumas prestações de que poderão beneficiar com base nas actividades que forem fazendo no decurso da sua carreira.

Manuel Moreira reafirmou e voltou a recordar que os trabalhadores por conta própria já estão enquadrados no actual regime contributivo.

Neste regime são abrangidos obrigatoriamente aqueles trabalhadores que exercem determinada actividade profissional, sem sujeição a um contrato de trabalho ou legalmente equiparados e que não se encontram inscritos no regime dos trabalhadores por conta de outrem, que é o regime normal da segurança social.

Além disso, conforme sublinhou o director, também fazem parte do regime dos trabalhadores por conta própria todas associações profissionais liberais organizadas em ordens.

# 5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

## 5.1 Novos Institutos Médios em Luanda a partir do próximo ano lectivo

*Jornal de Angola, 4/11/2008*

Trinta mil alunos serão enquadrados no sistema de Ensino, em 2009, na Província de Luanda, com a abertura de novos Institutos Médios nos municípios da Samba, Viana e Cacuaco.

A informação foi prestada pelo técnico da Direcção Provincial da Educação Lourenço Neto, durante um encontro com os directores dos Institutos Médios Técnicos e Politécnicos e das escolas do Ensino Secundário do I e II Ciclo.

Lourenço Neto informou que os institutos serão abertos em Viana, Samba e Cacuaco porque estas são localidades afastadas sem uma cobertura escolar eficaz. De acordo com Lourenço Neto, com a nova dinâmica que a Direcção Provincial de Educação está a imprimir, será possível atender os alunos da periferia na Província de Luanda.

A Direcção Provincial da Educação reuniu-se com os gestores dos Institutos Médios Técnicos e Politécnicos e escolas do Ensino Secundário do I e II Ciclo para preparar as condições para o início do ano lectivo 2009.

Durante a reunião, os responsáveis dos estabelecimentos escolares recebem orientações sobre os métodos de confirmação das matrículas, a forma de enquadramento dos alunos que entram pela primeira vez no sistema escolar e para aqueles que já frequentam o ensino. "Foram definidas as balizas que permitirão aos responsáveis dar passos seguros para que a abertura do ano lectivo, a 5 de Fevereiro de 2009, se faça sem sobressaltos", afirmou o técnico.

Segundo Lourenço Neto, em 2008 foram conseguidos sucessos a todos os níveis do ensino em Luanda, indicando os dados preliminares que houve um aproveitamento de 80 por cento, com a melhoria das condições de trabalho, a aquisição de mobiliário, a distribuição de material escolar e a formação de professores e gestores escolares.

## 5.2 Computadores reciclados combatem o "info-analfabetismo"

*Jornal de Angola, 15/11/2008*

Em cada esquina da periferia de Luanda, estão colados anúncios em folhas A4 a publicitar a venda de computadores reciclados. Mercê da sua crescente comercialização, os níveis de info-analfabetos está a ser reduzidos significativamente. Este quadro, além da venda crescente de computadores reciclados, também contribui para o surgimento dos "cyber cafés" e os centros de formação profissional que se têm multiplicado na capital e por todo o país.

Os centros de formação, mais ou menos sofisticados, estão instalados em espaços que vão das igrejas aos simples quintais. "Há computadores em bom estado à venda e a preços baixos", lê-se em anúncios fixados em postes, paredes, árvores, avenidas, ruelas, esquinas e becos da capital.

Jair David, 19 anos, comprou um computador reciclado há alguns anos e já está familiarizado com os teclados. Adquiriu o aparelho a poucos metros da sua residência, no Bairro Operário. "Comprei um PC reciclado, porque não tinha outra saída, a minha família não é abastada", disse Jair David. Consciente de que os computadores reciclados estão "entre a senilidade e a morte", o jovem diz ainda que "isso não pode impedir que tenha uma máquina em casa. Se avariar, como tem sido frequente, mando arranjar-lá, sempre, até não ter conserto".

Lurdes Maria tem em casa um computador reciclado, comprado nas mesmas condições. Precisou dele, fundamentalmente, para resolver problemas escolares. "Não tinha muito dinheiro para comprar um computador novo. Nas lojas, os preços andam muito altos", referiu, ao mesmo tempo que afirma já não precisar de ir ao "cyber café" para fazer os trabalhos escolares, principalmente os didácticos.

### Centros de formação

Muitos jovens optam pelos computadores reciclados, porque as máquinas têm preços à altura da sua bolsa. Um computador reciclado pode custar de 350 a 500 dólares. Segundo Armando Pedro, que compra, recicla e revende computadores, geralmente, adquire as máquinas nas empresas; que de vez em quando substituem os computadores.

Nos dias que correm, a necessidade de ter no currículo cursos profissionais associados à formação académica, passou a ser imperiosa. A correria à procura de habilitações profissionais é grande. O motivo desta corrida imparável reside no facto de ser uma exigência incontornável no mercado de trabalho.

Nos bairros de Luanda, diversos centros de formação profissional surgem de um dia para o outro. Os cursos de informática são uma opção privilegiada.

Nas paredes, pilares de edifícios, por baixo das pontes, postes de energia enfileirados nas avenidas, vêem-se, à meia distância, anúncios a oferecerem cursos de infor-

mática de curta duração, geralmente três meses, e com preços que vão dos 45 aos 100 dólares. "Temos cursos de informática Windows, Word, power point, Excel e Internet gratuitos, com a duração de 45 dias", lê-se em muitos cartazes afixados nos bairros da periferia.

Alguns centros de formação profissional têm uma procura crescente pelos cursos de Informática. Na visão do professor Manuel Gonçalves, "a procura decorre por o mercado de trabalho ter necessidade de pessoas com conhecimentos em informática, na óptica do utilizador, da programação e do hardware. A era digital está na base disso".

A Electro Serv oferece cursos de informática com uma duração de três meses com conteúdos programáticos, que na opinião dos alunos, são dos melhores que existem. Hardware, programação, Word, Excel, power point e Internet são os cursos oferecidos.

Joel Pinto, 21 anos, frequenta o centro já lá vão dois meses. "Eu acho que vale a pena fazer cursos deste género, principalmente o de informática. Antes, tentei muitas vezes procurar emprego e o curso de informática, que me lembre, sempre fez parte das exigências das empresas em que bati porta".

Maria Azevedo, 24 anos, pretende tirar o curso de secretariado executivo, mas primeiro vai fazer o curso de informática. Acha que desta forma está mais preparada para enfrentar o mercado de trabalho. Estudante do curso de secretariado e administração, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, procura munir-se de todas as ferramentas e o curso de informática foi sempre uma opção, "até porque, hoje, como a sociedade e as suas instituições passaram a ser informatizadas, é urgente a necessidade de nos prepararmos para responder às exigências actuais".

Para Joaquim Sabalo, a questão é diferente. O curso de informática vai tirá-lo da "info-exclusão. "Sei que a nossa sociedade se está a tornar cada vez mais digital, onde o conhecimento da informática e o seu domínio são algo que nos é imposto", referiu

### **5.3 Jovens recebem instrumentos de trabalho**

*Jornal de Angola, 30/11/ 2008*

Dezenas de adolescentes envolvidos em pequenos negócios desenvolvem agora em melhores condições a sua actividade, com a execução do projecto "Angola Jovem". Os beneficiários receberam meios de trabalho condignos e eficazes. A segunda fase do projecto, em curso há quatro meses, beneficiou 64 jovens filiados em cooperativas.

Os abrangidos dedicam-se à lavagem de carros, venda de alimentos e engraxam sapatos nas ruas da cidade do Lubango.

A melhoria da qualidade de trabalho e o aumento da

facturação deve-se à distribuição gratuita de "kits" de materiais adequados ao exercício da actividade de cada jovem pela Direcção da Juventude e Desportos da província da Huíla.

São visíveis os resultados do material entregue aos jovens. Substituíram as latas, baldes, bandejas, maletas, caixotes, por lavadoras de carro, malas com material de graxa, máquinas de confeccionar gelados e pipocas e carros de mão térmicos.

O projecto visa promover e fomentar o auto-emprego, criar oportunidades para que os jovens desfavorecidos tenham rendimentos que satisfaçam o seu sustento.

Na cidade do Lubango, muitos adolescentes envolvidos em pequenos negócios fazem-no agora em boas condições. Para evitar dispersão dos meios entregues, os técnicos da Direcção da Juventude e Desportos seleccionaram os contemplados.

O responsável do Departamento da Juventude, André de Jesus, considerou positivo o processo de análise porque permitiu apurar os anseios e as perspectivas de cada indivíduo envolvido no processo.

"Com o estudo constatamos que uns jovens vendem durante o dia e à noite vão para escola, enquanto outros, principalmente os mais crescidos, se dedicam apenas à lavagem de carros, graxa e comercialização dos seus produtos. Não pensam estudar tão cedo, alegando haver situações que os impedem de frequentar a escola".

Ao entregar meios de trabalho, de forma gratuita, a jovens com idades compreendidas entre os 18 e 25 anos, a Direcção da Juventude pretendeu dar uma ocupação a desempregados com baixo nível de escolaridade e que se confrontam com outras dificuldades.

André de Jesus disse que "ao envolvermos os jovens desfavorecidos em actividades úteis à sociedade, desenvolvemos a sua auto estima, ganham habilidades pelo comércio e melhoram a fonte de rendimentos para a sua subsistência".

Os 14 jovens abrangidos na primeira fase, explica, estão a corresponder às expectativas, na medida em que as actividades que desenvolvem estão a prosperar. Na opinião do técnico da "Juventude e Desportos, a acção, integrada no Projecto Angola Jovem, se reflecte no combate do desemprego.

Beneficiários aplaudem

Nas imediações do edifício do Figurino, área conhecida como Mutamba do Lubango, Jacinta de Fátima, 19 anos, circula com o carro demão térmico. Vende picolé, a 25 kwanzas cada um. O calor abrasador faz aumentar a procura, tornando rentável o negócio.

Durante a manhã, dos 150 gelados, a jovem vendeu 120, o que rendeu três mil kwanzas. Explicou ao "Jornal de Angola" que a média semanal do valor que factura é de 12 mil kwanzas, facto que a motiva a continuar e acumular mais dinheiro para comprar a sua "Janela Aberta".

Jacinta de Fátima pertence a um grupo de três raparigas que receberam uma máquina de confeccionar gelados e um carro de mão térmico. Enalteceu o esforço do Governo por criar condições que visam promover o auto-emprego. "Estes meios dão mais qualidade ao fabrico e conservação do produto e permitem desenvolver a actividade com higiene e sem receio do gelado perder a forma. Antes éramos obrigadas a baixar o preço para nos desfazermos rápido do produto. Hoje, já não é preciso porque o período de conservação é longo", disse.

João Cassinda, 21 anos, faz parte da cooperativa de lavagem de carros. Está feliz porque tem um "kit" de lavar completo. "Já não transportamos água em recipientes. A água sai com pressão da nova máquina. É boa". Se não fosse o programa "Angola Jovem", do Ministério da Juventude e Desportos, "não teríamos dinheiro suficiente para comprar este equipamento.

O Governo fez bem em nos ajudar assim. Vamos cuidar bem do equipamento e lavar mais carros"; disse João Cassinda.

A particularidade de outra cooperativa de lavagem de carros, composta por cinco jovens, é que todos frequentam aulas de alfabetização, há dois meses, numa igreja evangélica, no período da noite. Já sabem escrever os seus nomes e ler um pouco.

Quando aperfeiçoarem a leitura vão matricular-se no Centro de Artes e Ofícios, onde pretendem estudar serralharia, construção civil e electricidade. Enquanto o ABC ainda não foi assimilado por completo, a tarefa é dar o "brilho nos boters".

O jovem Cassinda sublinhou que este programa do Governo está a mudar a vida de muita gente, sobretudo os jovens. Na opinião dos beneficiários, o Governo deve continuar com estas acções para abranger mais jovens que até ao momento se encontram sem ocupação.

#### Artes e ofícios

O empenho dos centros de formação públicos e privados resultou na formação, em artes e ofícios, de pelo menos 3.500 pessoas, a maioria jovens.

O Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, na Huíla, considera positiva a adesão e dedicação dos formandos. Construção civil, carpintaria, serralharia, electricidade, corte e costura, sapataria e mecânica são os cursos mais escolhidos.

O "JA" apurou que estas especialidades dão maior

facilidade de emprego. A maioria dos técnicos estavam enquadrados no programa do INEFOP levado a cabo nos municípios de Matala, Cacula, Quilengues, Caconda, Gambos, Caluquembe e Chicomba. Após a formação foram empregados mais de 1.500 jovens em empresas públicas e privadas com realce para as empresas de construção civil.

O professor do curso de construção civil do pavilhão de artes e ofícios da Matala, André Mabiale, disse que os centros de formação acolhem todas pessoas interessadas em aprender um ofício num curto espaço de tempo. "As autoridades tradicionais e activistas de ONG nacionais participam neste processo" mobilizando e sensibilizando a população de diversas povoações sobre a existência de cursos de especialidade e rápidos", sublinhou.

De acordo com o professor, a campanhas de sensibilização resultam na adesão em massa de jovens e adultos. "O surgimento de muitas empresas de construção civil e a obras em curso em vários pontos da província motivam a adesão de muita gente".

# 6TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

## 6.1 Camama II não ficou de parte

*Agora, 1/11/2008*

Outras demolições mais recentes aconteceram na Zona do Iraque, Sector 5, na Camama II.

A máquina demolidora também "apareceu no terreno numa manhã de sábado deitando a baixo um número considerável de residências de carácter definitivo que a população ergueu com os seus esforços depois da autorização da administração municipal do Kilamba Kiaxi.

Na altura da investida os "camorteiros" fizeram-se acompanhar de elementos da Polícia Militar, alegadamente sob o comando do coronel Santo António.

De acordo com as denúncias, elementos da Polícia Nacional também foram chamados para reforçar os homens das FAA. "Porquê é que o administrador municipal usa essas forças quando existe a fiscalização?", interrogam-se os moradores, ao mesmo tempo que colocam em causa a idoneidade das figuras que são indicadas para dirigir o município.

De acordo com um grupo de camponeses, as demolições em causa não foram autorizadas pelo governo provincial. A zona indicada é uma outra, mas as autoridades locais aproveitam-se da situação para demolir as casas dos cidadãos indefesos, com o objectivo de vender os terrenos a grupos empresariais em somas avultadas.

À semelhança das outras zonas afectadas, a população do Sector 5 da Camama II também está naquelas terras há mais de 20 anos. Eram propriedades dos seus antepassados que praticavam a agricultura tradicional para o sustento das famílias. Hoje estão na condição de desalojados, sem beira nem era. Nos grandes projectos habitacionais não são tidos nem achados.

## 6.2 Terrenos mais caros

*Folha 8, 1/11/ 2008*

Outro transtorno provocado pelo programa que visa oferecer maiores oportunidades habitacionais aos populares se prende com a redução de espaços disponíveis à iniciativa e projectos particulares.

Na verdade, a maioria dos espaços passou a ser reserva do estado, deixando os cidadãos sem ter onde se agarrar como se fossem filhos alheios a terra, ou terrorista à procura de espaços para vender a terceiros, quando pretendem apenas ter um tecto. Acredita-se que seria menos dispendioso para o governo e prejudicial às pessoas, se o povo tivesse a oportunidade de participar em tal empreitada, construindo as suas próprias casas em terrenos adquiridos noutras alturas. Estas pessoas tinham de respeitar as directrizes do governo, de maneira a evitar o surgimento de zonas desorganizadas.

Além de ajudar nas somas governamentais, o referido cenário evitaria choros e lamentos de cidadãos, por acreditarem perder terrenos a favor do governo de forma injusta. E mais. E preciso não ignorar o seguinte cenário:

Caso determinado projecto do programa um milhão de casas falha, o espaço reservado para o mesmo acabará por ficar com quem estiver em frente do referido projecto e nele construir um projecto habitacional privado. Aliás é nestas condições que muitos dos proprietários dos condomínios particulares espalhados por Luanda conseguiram os respectivos espaços.

Por ora, resta apoiar o desafio do governo de construir as casas e acreditar no discurso de que estão salvaguardados os interesses das comunidades e desculpar pelo transtorno, acreditando os beneficiados virem a ser todos os angolanos.

## 6.3 Os transtornos da construção de um milhão de casas

*Folha 8, 1/11/ 2008*

A construção de um milhão de casas é um dos desafios do Governo para os próximos quatro anos, em virtude de o mercado de habitação ganhar, nos últimos anos, uma realidade ilusória para a maioria dos angolanos.

Meia dúzia de nacionais passaram a rever-se nos preços que orientaram o mercado imobiliário angolano, em que se encontram apartamentos a serem alugados por 10 a 20 mil dólares ou vendidos por 1 milhão, enquanto a maioria da população vive com menos de um dólar por dia.

A realidade explica o menor número de pessoas a apostarem nos relacionamentos sérios: ter família e procurar por um tecto, assim como um maior número de casais a viver na casa dos pais, impossibilitados de darem aos seus filhos uma educação plena.

A efectivação do programa da construção de um milhão de casas, assim como a clareza na sua distribuição, passa a ser vontade de todos os angolanos, independentemente da sua filiação política. Porém, um eventual fracasso do projecto será aproveitado contra o

MPLA no debate para as próximas eleições por outras forças políticas.

Pelo facto, o povo acredita que o partido no poder tudo fará, no sentido de não defraudar, embora reconheça ser difícil o desafio como reconhecem os membros do partido. A verdade é que está lançado.

Na eventualidade de o governo conseguir construir o prometido números de fogos, a transparência na distribuição é o que desejará o povo que mais sofre pelos transtornos dos projectos de construção de novas infra-estruturas por parte do governo.

Sabe-se que o desafio de reconstrução do País tornou mais caro os materiais de construção para a infelicidade daquelas pessoas que, desenrascadamente, procuram construir o seu tecto. O cimento, por exemplo, vendido, actualmente, a 1600 kwanzas já custou 800 kwanzas.

A razão do incremento deve-se ao desafio do governo de reconstrução do país, uma vez ter obrigado a Cimangola, única produtora O projecto de construção de um milhão de casas é ambicioso, a todos os títulos, enquanto de um lado está o governo ansioso no cumprimento, do outro está a população que, além de esperar pelo sucesso na empreitada, anseia ser o verdadeiro beneficiário.

A expectativa estende-se para as diferentes empresas privadas que anseiam contratos e, neste capítulo, surgem determinados países, manifestando vontade de fazer parte do ambicioso projecto como aconteceu no passado dia 28 de Outubro com o EUA.

O representante daquele país em Angola, Dan Mozena, foi ao encontro do ministro angolano do Urbanismo e Habitação, Diakumpuna Sita José, para se inteirar do programa e adiantar estarem os Estados Unidos da América disponíveis para apoiar a construção de um milhão de casas, previstas no Programa de Governo para o triénio 2009/2012.

"Para além de tecnologia, vamos também explorar as formas de os investidores privados dos Estados Unidos apoiarem o sector imobiliário em Angola", disse o diplomata norte-americano, acrescentando ter recebido esclarecimentos do ministro do Urbanismo e Habitação sobre os planos do Governo para o sector imobiliário. Especialistas defendem a parceira privada para o êxito do programa

## **6.4 Os casebres do Ladislau**

*Agora, 1/11/2008*

As declarações do director provincial de Luanda da Comunicação Social, Ladislau Silva, segundo as quais nas zonas onde aconteceram as mais recentes demolições não havia casas mas sim casebres, deixaram os lesados com os nervos à flor da pele.

Os mesmos consideraram ser falta de respeito à dignidade humana, uma vez que as casas que foram deitadas a baixo são, na sua maioria, obras de construção definitiva, conforme testemunham as fotos.

N a maior parte dos casos, as demolições acontecem aos sábados, numa altura em que os responsáveis das residências vão à procura do pão para os seus.

A situação agrava-se, na medida em que os homens do "martelo demolidor" não dão a conhecer aos moradores que irão executar o trabalho. Esta investida, de acordo com especialistas, viola os direitos fundiários da população indefesa. "Há a necessidade da expansão da cidade, mas há também direitos a respeitar, como os fundiários", revelou o jurista André Dambi da Mãos Livres.

O AGORA apurou que os advogados dos lesados intentaram uma acção no tribunal provincial de Luanda no sentido de se proceder a uma providência cautelar mas até agora não obteve resposta, o que contraria a lei que estabelece que a mesma deve ser dada em 30 dias. Em função disso, a Organização Jardim do Éden continua a fazer a cada dia que passa mais vítimas, conforme acusaram os moradores durante um debate promovido recentemente pela Rádio Ecclesia.

A guerra de terrenos, no município do Kilamba Kiaxi, para além de provocar graves ferimentos a pacatos cidadãos, levaram a julgamento alguns populares que foram mandados em liberdade.

Muitos dos populares afectados residem naquela zona, que antes servira para o cultivo, há muitos anos, posteriormente legalizaram os terrenos na administração municipal. A legalização dos terrenos começou em 1989.

A onda de destruição de casas, para dar lugar a grandes projectos deixou ao relento muitas famílias que não sabem hoje para onde irem morar.

Dados não oficiais dão conta do derrube de 2500 entre 2006 e 2007, enquanto que no presente ano se diz que foram deitadas a baixo mais de 20 residências.

Numa entrevista concedida por Luís Araújo ao Diário de Notícias (DN), o líder da ONG SOS Habitat considerou que está a se desenvolver no país um "apartheid social", tendo explicado que a habitação tem a ver com essa situação, com a conivência do Velho Continente.

O também activista dos Direitos Humanos denuncia na entrevista que muitos angolanos continuam abandonados, e para mitigar a sua condição habitacional construíram barracas e estão lá, como acontece nas Zonas das Cambambas I e II.

## **6.5 Caála investe forte na reabilitação de infra-estruturas sociais**

*O Independente, 1/11/2008*

Em declarações ao semanário "O Independente", a administradora da Caála, Lotty Nolika, disse que as obras visam acelerar o desenvolvimento do município em vários sectores, visando a melhoria das condições de vida das populações.

De acordo com a governante, o projecto incidirá com maior relevância na reabilitação de escolas, postos e centros de saúde existentes no município.

O programa de gestão municipal, acrescentou, contempla também apoio às famílias camponesas com fertilizantes, instrumentos de trabalho, sementes, bem como novas estruturas de combate à pobreza.

Entretanto, assegurou que 90 por cento das obras da primeira fase do programa de gestão municipal estão já na sua fase de conclusão.

Durante a execução da primeira fase, foi planificada a construção de 12 infra-estruturas sociais a nível das comunas (Calenga, Catata, Cuima e comuna-sede) para benefício da população, tendo sido empregues 153 milhões 730 mil e 336 kwanzas.

**Sector da Saúde em expansão**

O director municipal da Saúde da Caála, Alberto de Sousa, enalteceu os níveis de desenvolvimento que o sector da Saúde tem estado a atingir nos últimos anos.

Alberto de Sousa lembrou que, até a data da proclamação da independência nacional, existiam no município apenas quatro unidades sanitárias, número que hoje se eleva a mais de 20, espalhadas pelas várias localidades da região.

Explicou que este crescimento, aliado à paz que o país vive desde 2002, propicia uma significativa melhoria das condições de assistência médico-medicamentosa às populações do município.

Igualmente médico, Alberto de Sousa manifestou-se optimista na contínua melhoria da prestação do sector no município, não só pelas perspectivas contidas nos programas do Governo, mas também pelo fornecimento regular de medicamentos, de técnicos melhor capacitados, e outros meios indispensáveis à actividade do sector.

Explicou que, no quadro do programa do Governo para o quadriénio 2009-2012, o município da Caála vai beneficiar da construção de novas unidades sanitárias com vista a aumentar os níveis de protecção da saúde pública.

O responsável aproveitou a ocasião para apelar à

unidade dos funcionários do sector da Saúde e pediu para trabalharem em equipa, de forma a garantir serviços de qualidade aos doentes

Médicos vietnamitas querem continuar em Angola  
Dois médicos de nacionalidade vietnamita, colocados desde o ano passado no Hospital Municipal da Caála, reafirmaram a disposição de continuarem empenhados para aumentar a qualidade da assistência e do atendimento aos pacientes internados naquela unidade hospitalar.

## **6.6 Martelo destruidor volta ao ataque**

*Agora, 1/11/2008*

O "martelo demolidor" do governo provincial de Luanda (GPL), voltou em princípio de Outubro último, a entrar em acção ao demolir várias residências que estavam a ser erguidas nas imediações do Kapolo II, próximo ao centro emissor de comunicações da Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA).

Os fiscais que estiveram à frente das demolições explicaram aos moradores que as mesmas ocorrem devido às construções anárquicas que estavam a ser feitas no interior do perímetro do centro emissor da empresa de exploração de tráfego aéreo. "A justificação apresentada pelos fiscais não condiz com a realidade, uma vez que só existiam duas casas que estavam a ser erguidas no espaço reservado à ENANA e eles demoliram as também que estavam fora deste perímetro", rematou.

De acordo com os nossos interlocutores, entre os quais trabalhadores do centro emissor, o terreno em discussão tinha sido cedido na totalidade à empresa de navegação aérea pelo GPL para ali serem instaladas as antenas de controlo das aeronaves.

Dadas as ocupações anárquicas que estavam a ser feitas pelos militares afectos à unidade das FAA do Grafanil, a direcção da empresa decidiu repartir o terreno com os mesmos. Passados alguns anos, de acordo com os queixosos, houve um grupo de militares que invadiu o terreno da ENANA e comercializaram-nos a população civil.

No entanto, o facto de dois dos compradores terem erguido as suas residências no local mesmo tendo conhecimento que o espaço vedado pertencia àquela empresa pública, levou os mais altos responsáveis da ENANA a notificar à administração municipal no sentido de intervirem no local, de forma pacífica.

Os moradores alegam que as residências destruídas estavam a ser erguidas respeitando as normas de urbanização. Atendendo à complexidade que há para se conseguir a licença de construção e fazer-se a legalização do terreno, os proprietários das obras



receberam dos fiscais uma licença provisória que os autoriza a construir as residências.

"Há pessoas que estão à mais de dois anos à espera da licença de construção enquanto existe muita gente que deu entrada, há igual período de tempo, de solicitações de legalização dos terrenos e que até agora não obtiveram nenhuma resposta", frisou.

De acordo com uma nota de Imprensa a que o AGORA teve acesso, a direcção da ENANA atribuiu toda a responsabilidade pela demolições ao GPL alegando que; solicitou apenas a intervenção d mesmo para proteger o espaço a adjudicado onde estão as antenas.

"O centro emissor alberga equipamentos de alta potência, com emissores de rádio de até quilowatts, que irradiam onde electromagnéticas bastante prejudiciais e nefastas à saúde hum, na", lê-se no documento.

Por este facto, a empresa, quando da divisão do terreno COI os militares, com base os diagramas de cálculos da electroradioactividade produzida pelos equipamentos existentes, dimensionar a servidão do referido centro que determina os limites mínimos da área de protecção destes equipamentos. Esta área deve estar necessariamente livre de quaisquer obstáculos fixos ou móveis, cujas funcionalidades, quer no plano da disponibilidade dos sinais irradiados, quer no plano da sua fiabilidade, devem atingir as performances aceitáveis.

A nota explica ainda que a construção de residência dentro do espaço vedado condiciona a qualidade e fiabilidade do sinal emitido e recebido pelas aeronaves, colocando em risco a comunicação entre a torre de controlo e as aeronaves e vice-versa concomitantemente milhares de vidas humanas.

Na esperança de receberem explicações sobre a demolição das residências que se encontravam fora do perímetro da ENANA, os moradores constituíram uma comissão e solicitaram uma audiência com a governadora, Francisca do Espírito Santos, mas 72 horas depois foram recebidos pelo vice-governador Bento Soito.

Após ter ouvido as reclamações dos moradores e as justificações do administrador, Bento Soito não deu nenhuma garantia de os indemnizar alegando, que não há dinheiro para tal. Durante a operação foram destruídas mais de 15 residências, matérias de construção civil, contentores, geradores e tanques de água subterrâneos.

Os queixosos foram recebidos, esta semana, pelo provedor de Justiça, Paulo Tchípilica que depois de ouvi-los e garantiu que irá manter um encontro com a governadora Francisca do Espírito Santo, na esperança de resolver o caso.

## **6.7 Governo angolano apresenta na China estratégia de urbanização das cidades**

*Jornal de Angola, 4/11/2008*

Angola apresenta, na República Popular da China, a sua estratégia de urbanização harmoniosa das cidades, um debate que abrange questões sociais, económicas, desenvolvimento ambiental e a integração entre ambiente urbano e rural. O ministro do Urbanismo e Habitação, Diakumpuna Sita José, fará intervenções sobre a matéria no 411 Fórum Urbano Mundial, que arrancou ontem na cidade chinesa de Najjing.

Além de Angola, países como a Argentina, a China, o México, Portugal, a Inglaterra, os Estados Unidos da América e Alemanha participam no Fórum, organizado pela Agência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat).

O anterior Fórum Urbano Mundial, realizado em 2006, em Vancouver, uma das cidades mais populosas do Canadá, teve a participação de cerca de 10 mil pessoas, entre governantes de 160 países, parlamentares, autoridades locais, representantes da sociedade civil e do sector privado, académicos e profissionais da área. O Fórum Urbano Mundial é marcado por seminários, workshops e painéis de debates.

Humanidade está urbanizada.

A decorrer até ao próximo dia 6 de Novembro, o Fórum Urbano Mundial é a primeira conferência sobre as cidades e os problemas que enfrentam num mundo cada vez mais urbanizado, segundo as Nações Unidas.

A margem do Fórum Urbano Mundial, o ministro angolano do Urbanismo e Habitação, Diakumpuna Sita José, tem marcadas reuniões com a sub-secretária geral das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Anna Kamajulo Tibaijuka, com quem vai reavaliar as conversações iniciadas em Outubro em Luanda. Vão ser definidos os detalhes para o arranque de uma cooperação que pode abranger a protecção das propriedades das populações residentes nos musseques, a formação de administradores municipais e comunais e o financiamento a construção de habitações sociais.

N a reunião de Luanda, efectuada durante Os festejos do Dia Mundial do Habitat, assinalado a 6 de Outubro, Anna Tibaijuka defendeu como um dos melhores modelos para as cidades africanas a construção de residências horizontais, porque, segundo ela, oferecem mais espaço para a instalação de residências, incluindo as de carácter social.

A celebração do Dia Mundial do Habitat em Luanda, subordinada ao tema "Cidades Harmoniosas", foi uma decisão da Organização das Nações Unidas que demonstra a importância que Angola está a ganhar na

região e no mundo.

Reconhecimento da estratégia governamental

A escolha da capital angolana, segundo afirmou na ocasião o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, traduz o reconhecimento pela mais alta instância internacional da filosofia e estratégia definidas pelo Governo angolano no seu Programa Habitacional Executivo para o período 2008-2012, que já está em implementação.

O 4º Fórum Urbano Mundial decorre no Centro de Convenções e Exposições de Nijing, na República Popular da China. Os participantes vão trocar opiniões sobre vários aspectos ligados aos problemas habitacionais e à urbanização sustentável, sobretudo à questão das residências para os jovens e as populações mais carentes.

O Fórum Urbano Mundial foi instituído pela Organização das Nações Unidas para examinar uma das questões mais prementes do mundo: a rápida urbanização e o seu impacto sobre as comunidades, as cidades, a economia e as políticas.

O fórum é bienal e tem como tema este ano "A Urbanização Harmoniosa: as Mudanças para o Desenvolvimento Territorial Equilibrado". Questões como a energia, o ambiente, a terra, a habitação, a infra-estrutura, a saúde, a educação, a segurança e a reforma dos bairros, vão merecer especial atenção.

A cidade de Nijing, que regista um crescimento rápido e moderno, tem seis milhões de habitantes. É uma das cidades mais dinâmicas no Leste da China.

A delegação angolana integra directores provinciais do Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

## **6.8 Uma nova Luanda em 2012**

*Novo Jornal, 7/11/ 2008*

Quem todos os dias cruza a capital já está habituado à azáfama de máquinas, pó e taipais de construção. Luanda está em obras e o volume e a extensão das obras em curso vão mudar, em definitivo, a imagem e as fronteiras da cidade.

É sobretudo, na vertente residencial que as principais intervenções estão a ocorrer. Tal não surpreende, atendendo ao facto da cidade pensada para 800 mil habitantes albergar hoje perto de 8 milhões de pessoas, 70% das quais vive nos musseques, ou no que oficialmente se convencionou chamar "zona informal".

O mercado residencial em Luanda caracteriza-se por um grande desequilíbrio entre a oferta e a procura. Apesar de nos últimos anos terem sido aprovados vários projectos imobiliários, estes são ainda insuficientes

para fazer face às necessidades actuais. De acordo com estimativas do Ministério do Urbanismo, para responder ao crescimento demográfico em Luanda será preciso construir, pelo menos, 65 mil novos fogos por ano até 2016.

As boas perspectivas de crescimento económico do país, associadas às potencialidades de atracção do investimento privado e à melhoria do nível de rendimento da população e, consequentemente, à facilidade no acesso ao crédito bancário influenciam, em definitivo, o lado da procura e justificam o forte investimento privado estrangeiro no sector imobiliário angolano. Segundo projecções do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, o IDE neste sector cresceu 20% em 2007 e 18% em 2008, prevendo-se um crescimento do IDE de 10% ao ano até 2011. Perante o cenário de crise financeira a nível mundial, a elevada rentabilidade e as perspectivas de retorno rápido do investimento são argumentos irresistíveis aos olhos dos investidores.

## **CRESCIMENTO EM LUANDA SUL**

Actualmente estão em curso diversos projectos imobiliários que vão aumentar de forma significativa a oferta ao nível residencial. As estimativas do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda, as quais têm por base os projectos previstos no Plano Director Provincial de Luanda, apontam para uma área de 500 mil m<sup>2</sup> a ser construída nos próximos cinco anos na vertente residencial dentro da cidade de Luanda, à qual acresce mais um milhão de m<sup>2</sup> de construção nas áreas limítrofes da capital. Nos próximos cinco anos Luanda irá assistir a uma verdadeira explosão imobiliária, a qual é fomentada, sobretudo, pela construção em Luanda Sul. Mas os problemas de habitação na cidade estão longe de estar solucionados.

Na verdade, quase todos os novos projectos, parte dos quais está em construção, são dirigidos para o segmento alto ou médio alto da população, os quais têm poder de compra suficiente para pagar, no mínimo, cerca de meio milhão de dólares por um apartamento em qualquer zona nobre da cidade. Mesmo assim é difícil encontrar imóveis novos à venda já que a grande maioria é vendida ainda em fase de projecto. As previsões sobre o comportamento da oferta e da procura apontam para um abrandamento da procura, o que levará a um ajuste nos preços. Contudo, dificilmente haverá um equilíbrio entre a oferta e a procura nos próximos anos.

## **6.9 Boavista o "pulmão" da economia funcional**

*Semanário Factual, 7/11/2008*

Com extensão para o mar, a Boavista é uma zona comercial por excelência, em que diversos empreendimentos saltam à vista para quem estiver interessado, destacando-se o porto de Luanda, cujos terminais de contentores funcionam quase 24 horas por dia, dada a entrada periódica de navios carregados de mercadorias

que precisam de ser retiradas.

É uma azáfama na Boavista quando do porto saem os camiões com contentores que se dirigem para vários armazéns na cidade de Luanda, levando toda a gama de produtos que depois são despachados para as lojas de venda.

O F actual efectuou uma reportagem na Boavista e traz nessa edição a voz dos trabalhadores, dos passantes e também das autoridades fiscais empenhadas em salvaguardar a área tida como estratégica pela sua importância no contexto da economia nacional.

#### EMPREENDIMENTOS

Diversas empresas funcionam na Boavista com destaque para os Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL), em reabilitação, a Sonangol, com os seus tanques de combustível, lojas diversas, bancos, seguradoras e locais de diversão que atraem convivas durante o dia ou a noite, para além de um centro polivalente de formação profissional.

Este centro forma quadros em vários ramos, principalmente no domínio petrolífero.

Porém o maior investimento é mesmo o porto de Luanda, o portão de entrada em Luanda pelo mar. É este "monstro" activo que faz da Boavista um local de atracção, quer pelo facto de estar movimentado logo ao nascer do dia quer por ter uma marginal com prédios modernos em que são prestados serviços os mais variados, A marginal da Boavista permite a ligação com a Ilha do Cabo, um sítio turístico que atrai gente de todo o tipo.

"A Boavista é cidade, é bonita por ter edifícios e estradas asfaltadas, por isso morar aqui é bom", afirmaram ao F actual Cardoso Pedra e Emanuel Silva, ambos trabalhadores das alfândegas no Porto de Luanda. Para eles, o incómodo só acontece quando camiões carregados com contentores deixam o porto de Luanda, "intimidando" os condutores de viaturas que passam ao seu lado e temerosos de ver tombar um contentor sobre si. É sabido que muitos motoristas de camiões com contentores são irresponsáveis e conduzem a alta velocidade, uma atitude imprudente para quem realiza este tipo de trabalho.

A este respeito o Factual ouviu o condutor Domingos Segunda, quando se preparava para seguir para a zona da Petrangol com o camião com contentor carregado.

Domingos Segunda afirmou que ele é responsável na condução porque já viu um contentor cair sobre duas viaturas na rotunda do eixo viário, esmagando-as e matando os respectivos motoristas.

Neste sentido apelou aos seus colegas para que fossem mais prudentes ao conduzirem camiões com contentores "para se evitarem perdas de vidas", como feriu.

#### A BOAVISTA

É um bairro com duas faces: Por um lado o belo, o arquitectónico, a imponência dos prédios, o asfalto das vias, e do outro o mau, casas comuns descoloridas onde carece a manutenção, espaços com lixo e de terra batida. e gente pobre, sem grandes recursos para mudar de vida.

"Vivemos perto das barrocas e não temos condições, por isso estamos aqui", afirmou ao Factual Adelina Sapalo, natural do Huambo e a morar na Boavista há mais de oito anos com o esposo Armando Sapalo e dois filhos.

Segundo ela, a Boavista é calma durante a noite e mesmo de dia mas o barulho que se ouve é dos camiões quando levam contentores para vários destinos.

Também cidadãos que passavam afirmaram morar junto às barrocas do Miramar e o caminho que utilizam é a Boavista por ser mais perto para chegar ao seu destino, junto ao São Pedro da Barra.

Com muitos armazéns, a Boavista beneficia de energia eléctrica e de água potável, já que a sua localização permite que o precioso líquido chegue aos mais altos edifícios do bairro.

Muitos jovens desempregados esperavam junto a alguns armazéns algum trabalho de estivador porque, segundo eles, no Porto de Luanda já não há vagas e então a solução é ficar junto aos armazéns e conseguir algum dinheiro.

Esses jovens, na maioria provenientes do Huambo e do Bié, afirmaram que na "Boavista o emprego é difícil e mesmo o trabalho de estiva está difícil", alegando que "muitos velhos ainda trabalham quando deviam deixar o lugar para os jovens".

Com olhar triste e olhando apaticamente para o mar, dois guardas de um armazém aproximaram-se do jornalista para saberem porque estava o fotógrafo a tirar fotografias;

Satisfeitos pela resposta dada, fizeram saber que na Boavista o perigo é assaltos, já que alguns armazéns estão desprovidos de guardas e os meliantes aproveitam para furtar bens.

Segundo disseram, a zona pobre da Boavista vai ser requalificada para tomá-la mais nobre, porque as casas das pessoas são antigas e precisam de ser reabilitadas por estarem perto dos edifícios imponentes do bairro, onde viver é uma alegria dado o facto de ter ruas bonitas e belas como a marginal.

#### DELINQUÊNCIA

Agentes da polícia fiscal fizeram saber que o bairro da Boavista é susceptível de atrair meliantes por ser um bairro com muitos empreendimentos económicos de vulto, daí a necessidade de controlo cerrado para prevenir o crime.

"O mal da Boavista é que aqui há armazéns e os delinquentes vêm tentar a sua sorte, ou seja, roubar algo para depois vender, São crimes de furtos que nós notamos e prevenimos", afirmou o agente Daniel Marques, para quem se não houvesse a polícia fiscal a Boavista teria mais problemas por causa dos delinquentes.

"Esta é uma área estratégica, como sabe, pelas instituições que aqui existem, como o porto de Luanda ou a Sonangol. São de peso e temos de nos manter vigilantes para melhor protecção face à investida de marginais", concluiu o agente Daniel Marques.

## **6.10 Cemitérios do Alto das Cruzes e da Santana só enterros excepcionais**

*Novo Jornal, 7/11/ 2008*

O Cemitérios do Alto das Cruzes anda praticamente encerrado há já alguns anos, por falta de espaço, albergando apenas enterros excepcionais, segundo uma fonte do departamento dos serviços de cemitérios do governo de Luanda.

Nas mesmas condições, está o Cemitério de Santana, situação que levará ao encerramento, nos próximos tempos, dos dois campos santos. Os funerais que aí se realizam, explicou a fonte, são apenas de pessoas que já têm campas familiares. Depois de cinco anos, altura em que se faz a exumação, o Governo Provincial de Luanda, recupera-os para a realização de outros funerais.

Entretanto, numa outra ocasião o director dos serviços de cemitérios, Filipe Mahapi, fez saber que o seu departamento está a estudar a possibilidade de limitar os dias de funerais aos sábados e domingos. "Em muitos países europeus, e até mesmo africanos, como a África do Sul, os funerais são realizados apenas aos sábados e aos domingos, no sentido de evitar que pessoas não próximas a um eventual falecido falte ao trabalho por este motivo", argumentou Mahapi.

Mas o que deviam ser sítios pacíficos, acabam por ser palco de situações anómalas. No exterior dos cemitérios, por exemplo, para além de flores vendem-se bebidas alcoólicas. Às portas dos cemitérios instalaram-se autênticos parques de estacionamento, com carros que dificultam as manobras de quem ali vai para visitar o local.

Já no interior dos cemitérios, geralmente são os cultos "estranhos" perpetuados por diferentes seitas religiosas que interrompem o "silêncio". Filipe Mahapi deixou claro que está a par desta situação e que soluções estão a ser tomadas.

Já em entrevista ao Jornal de Angola, aquele director fez saber que o aumento de serviços básicos de assistência médica tem ajudado na redução de mortes no país, em particular em Luanda.

Ele, que falava por ocasião do Dia dos Finados, comemorado domingo último, avançou que, em 1992, só no Cemitério da Camama eram realizados 200 funerais por dia, principalmente de crianças. Hoje, argumentou Mahapi, neste cemitério, só se registam 20 funerais por dia, graças "à melhoria dos serviços básicos destinados à população e ao programa de vacinação".

Com cerca de cinco milhões de habitantes, Luanda possui sete cemitérios. Para além do Alto das Cruzes e Santana, contam-se também os cemitérios da Mulemba, Camama e os municipais de Viana, Cacuaço e Benfica. Sabe-se que no Zango também vai se construir um campo santo nos próximos tempos. Em relação aos cemitérios clandestinos, aquele responsável disse que são geralmente espaços antigos e que já estão a ser eliminados.

"Existem áreas que antes realizavam funerais de forma empírica e, como são zonas de interesse do Estado, fizemos a transferência para os cemitérios municipais, tudo em concordância com as partes interessadas, nomeadamente a Saúde, a Justiça e as famílias dos falecidos", precisou.

## **6.11 Habitação de médio custo vai crescer**

*Jornal de Angola, 8/11/2008*

O Director de Urbanismo do Governo Provincial de Luanda, arquitecto Hélder José, traça nesta entrevista o alcance dos novos projectos em matéria de obras públicas e imobiliário, que incluem a construção de unidades habitacionais, já em curso, servidas pela grande via rodoviária perimetral de Luanda, que envolve uma parceria com a província do Bengo.

Jornal de Angola -Luanda regista um aumento de novas construções. Que balanço pode ser feito do sector imobiliário?

Hélder José -Havia um segmento da população que não estava a ser contemplado com a chamada habitação de "média renda". Estavam a ser feitos grandes investimentos em produtos de alta renda, o Estado estava a fazer algumas intervenções de baixa renda, mas havia pouco investimento no sector da média renda, onde hoje já existe investimento estatal. Mas foi um investimento sem continuidade. Por exemplo, na Nova Vida, uma urbanização erguida na zona do Kilamba Kíaxi, pretendia-se de certa maneira também acudir ao sector da média renda, mas foi pouco o que se fez e agora é preciso aumentar também este segmento de habitação, até porque se destina a pessoas com alguma capacidade financeira.

JA - O sector privado foi chamado a investir?

HJ - O Estado vai impulsionar o sector do segmento da média renda, investindo primeiro e assim impulsionar a iniciativa dos investidores imobiliários, para que eles também vejam o segmento de media renda como lucrativo, o que não está a acontecer.

Enquanto Estado, estamos a criar balizas para que outros venham trabalhar no sector da média renda. E veja-se que, fazendo bem as contas, também há dinheiro a ganhar neste segmento.

JA - Luanda tem vindo a estender-se para os arredores, mas há quem diga que as urbanizações ficam longe. Ainda há espaço para a capital se expandir?

HJ - Está a ser elaborado um plano Inter-Provincial de Luanda e Bengo porque o desenvolvimento de Luanda hoje não se vislumbra sem a comparticipação da província do Bengo, porque há determinadas funções que Luanda tinha, por exemplo a função da agricultura, que perde, mas ganha com o Bengo.

JA - E o que é que se prevê com este plano?

HJ - Há uma nova estrada perimetral a ser feita de Cabo Longo a Cacuaco, que chega até um pouco antes do Ramiro e termina no antigo posto de controlo de Benfica, que já está em obras e quase concluída. Um troço desta via, entre Viana e Cacuaco, até já foi inaugurado, está acessível e já é possível circular por ele com toda a normalidade. Vai servir para que em alguns dos seus pontos surjam centralidades, que permitam a contenção dos fluxos migratórios do Interior para -o Centro, servindo também de contraponto ao esforço de requalificação urbana do Centro, de que a cidade necessita por ser uma zona de grande informalidade, sobretudo entre o centro e a periferia, todo aquele cinturão de musseques que circunda a parte formal da cidade o que está definido é que esta grande via circundante de Luanda seja um mecanismo indutor do controlo do crescimento e também da regulação do fenómeno urbano da capital.

JA- Essa grande circular permite o descongestionamento de tráfego e o alargamento de Luanda para mais longe?

HJ - Sim, mas também não se pode alargar demais. Alargar sim, mas com alguma contenção, porque os próprios indicadores urbanísticos definem qual a tipologia e os limites até onde pode ir esse crescimento. Não vamos fazer uma Luanda toda acoplada, precisamos de criar alguns espaços abertos, vamos criar zonas verdes porque não imaginamos a cidade toda ela preenchida só com construção.

JA - Na Província de Luanda, a cidade capital precisa de beneficiações. Quais as previsões quanto ao plano director?

HJ - A curto prazo está prevista uma grande intervenção a nível da requalificação das redes de infra-estrutura subterrâneas, isto é, de esgotos, águas residuais e águas pluviais, que constituem um défice muito grande da cidade neste sector. Na urbe

construída no tempo colonial o sistema era unitário, ou seja, os fluxos residuais e às águas das chuvas escoavam pelo mesmo sistema de esgotos e isto do ponto de vista ambiental é um problema porque os efluentes desaguam no mar, criando grandes problemas de poluição.

JA - O que está previsto na área do saneamento básico?

HJ - Hoje estamos a usar o sistema separativo. Numa rede de saneamento circulam as águas das chuvas e noutra rede as residuais, com estações de tratamento que permitem que aquilo que vai para o mar seja tratado com qualidade. Este é, em termos gerais, o desenho daquilo que será a infra-estrutura capaz até de permitir aos equipamentos o potenciamento de volumetrias, o que exige o alargamento de muitas vias.

JA - No centro de Luanda?

HJ - A Marginal de Luanda vai ficar com uma cara completamente nova, mais larga e com mais área de estacionamento, mas não perde a sua configuração actual. Hoje a cidade está de costas para a Baía, que já quase só é usada para despejo de esgotos e de resíduos das chuvas, cheira mal e ninguém olha para ela. Mas a Baía, que é a continuação da nossa cidade, constitui no fundo o "cartão de visita" da capital. E o Projecto Baía tem esta perspectiva: transformar aquela parte da capital em centro de visitas da cidade, depurando as águas e tomando-as de qualidade para permitir ali, inclusive, desportos náuticos e passeios de barco, o que será um ganho muito grande para Luanda.

JA - O Presidente José Eduardo dos Santos anunciou a construção de um milhão de casas de habitação em todo o território nacional. Que parte cabe à província de Luanda?

HJ - Em relação à Província de Luanda, há uma grande urbanização já a ser construída, que estará pronta em 2011 ou 2012. São 60 mil fogos no Kilamba Kiaxi (entre Viana e a Cidade Universitária). Também há um conjunto de 20 mil fogos a ser construído no eixo Viana/Calumbo. Alguns dos edifícios já estão acabados, outros em curso. Na zona do Sekele (Cacuaco), uma urbanização de 40 mil fogos destinados ao segmento de renda média. Somando tudo, já se vê qual a quota de habitação prevista para Luanda nesse milhão de novas casas.

JA - Os acessos fáceis a essas novas áreas habitacionais estão garantidos?

HJ - Todas as urbanizações de que falei se localizam ao longo da perimetral que está a ser construída, o que significa dizer que são como unidades territoriais integradas na cidade, uma espécie de cidades satélite da capital.

JA - A Província de Luanda participou no Salão Imobiliário de Lisboa, onde recebeu o prémio "Prestígio Internacional" de reconhecimento de um júri internacional. Que resultados foram atingidos?

HJ - Acima de tudo, o que se pretendia era transmitir a mensagem de que depois de termos realizado as

eleições em Setembro, que decorreram de forma tranquila, afinal as coisas não pararam em Angola, o país não está parado. A demonstração que fizemos na Feira do Imobiliário com a presença no pavilhão do Governo Provincial de Luanda de empresas do sector que operam em Angola (como a Odebrecht, P&W Imobiliária, Propricasa, Proimóveis, Apima e Lar do Patriota), transmitiu de facto essa mensagem, que o sector imobiliário nacional continua em franco crescimento.

JA - As dificuldades provocadas pela falta de materiais e de técnicos, foram ultrapassadas?

HJ - Temos consciência dos problemas que ainda existem, mas se não fizermos nada agora para que no futuro essas disfunções do sistema se alterem, de certeza absoluta que não atingiremos os objectivos definidos pelo Governo para os próximos quatro anos. Daí que a nossa participação no Salão Imobiliário de Lisboa tenha sido de certa forma uma acção de marketing institucional para mostrar as potencialidades do país no sector do imobiliário e que Angola está mesmo a transformar-se numa realidade completamente diferente.

JA - Ao ser mostrado o que está feito e o que se pode fazer, queriam atingir as empresas portuguesas do ramo?

HJ - Sim, procurámos incutir nas empresas portuguesas do imobiliário um maior interesse em fazerem parcerias com empresas angolanas no mercado angolano, mesmo tendo em conta as dificuldades resultantes da recessão económica e financeira mundial. Mas essa recessão tem sido positiva para Angola, que contabiliza alguma tendência para que esse investimento comece a acontecer tendo em vista elevar a qualidade de vida e a qualidade urbanística que gostaríamos de aqui ter. E isso tem conseguido. Em Lisboa tivemos indicadores de que cada vez mais empresas estão interessadas em parcerias para negócios em Angola.

## **6.12 Estratégias do Governo para a construção de 1 milhão de habitações**

*A Capita, 8/11/2008*

Não precisa ser cidadão bastante atento para perceber que o centro das atenções da política do país, quer na perspectiva de rressaca eleitoral, quer na perspectiva executiva recai sobre a mais nobre e tão esperada promessa da construção de 1 milhão de habitações. O desafio saiu de mera promessa eleitoral para promessa executiva. Ou seja, saiu de promessa política para desafio executivo.

Acontece que a concretização deste compromisso passa por um conjunto de estratégias com natureza adjectiva, de modo a se sair dum conceito questão para um conceito resposta.

Ao analisarmos o cabeçalho do nosso artigo não queremos espreitar os programas do governo para a construção das 1 milhão de habitações, que pelo horizonte temporal é de 4 anos, nem tão pouco pretendemos lançar desafios para que se concretize o prometido.

Pretendemos sim, e sempre nas vestes de juristas, analisar as condições jurídico-instrumentais para o grande desafio de política habitacional para os já menos de 4 anos, atendendo que o executivo já começou a desempenhar as suas funções.

Fica claro que o nosso objectivo prende-se com a análise das estratégias jurídicas constituídas ou constituídas para a construção das 1 milhão de habitações.

A diferença entre este artigo e um outro que o antecedeu está no facto daquele ter analisado o compromisso eleitoral do MPLA numa perspectiva dos instrumentos jurídicos existentes e a necessidade da adopção de outros instrumentos complementares, ao passo que este artigo vai mais longe, indicando estratégias não só de natureza jurídico instrumental, mas de índole empresarial, agreements e experiências comparadas.

### **2.A Determinação das Tipologias e as Modalidades das Habitações**

É na Lei nº 3/07 de 3 de Setembro que encontramos as tipologias e modelos de habitações a serem construídas. Queremos chamar atenção ao seguinte: as tipologias e os modelos de habitações a que faremos referência são estritamente na perspectiva da previsão legal, não tendo que coincidir necessariamente com a perspectiva arquitectónica ou urbanística. Estamos sim a analisar as tipologias e modalidades das habitações previstas na Lei nº3/07 de 3 de Setembro, como sendo a Lei fundamental em matéria de fomento habitacional.

Nos termos do artigo 5.0 da Lei supra, as habitações seguem os seguintes critérios: 2.1- Critério da localização geográfica

Segundo este critério, as habitações podem ser urbanas ou rurais, consoante se localizem no meio urbano ou rural. De resto, é o laivo do princípio da classificação dos terrenos, respaldado no artigo 19.0 da Lei nº 9/04 de 9 de Novembro.

2.2- Critério económico De acordo com este critério as habitações podem ser de tipo social ou a custo do mercado.

De acordo com o legislador da Lei nº 3/07 de 3 de Setembro, a regra para o acesso às habitações segundo o critério económico, é a da capacidade financeira. Significa simplesmente garantir a habitação de acordo com as possibilidades financeiras do interessado. Excepcionalmente, a habitação social poderá ser totalmente subvencionada, beneficiando deste critério excepcional, e nos termos do artigo 8.0 nº 1 da Lei de Bases de Fomento Habitacional, "cidadãos em situação de extrema pobreza urbana que não preencham os

padrões de rendimentos mínimos para suportar uma renda ou prestação de aquisição e se disponham a aderir a programas de repovoamento de zonas rurais ou projectos integrados de desenvolvimento agrário, silvícola, mineiro ou agro-industrial em áreas mais desfavorecidas do território nacional".

É bom de se saber que para os desafios do governo este modelo de habitação é o que se apresenta como o mais aconselhável de ser atacado em primeira instância, atendendo a sua finalidade:

- Descompressão e redimensionamento equilibrado das cidades e das suas periferias;
- Reconversão das áreas e bairros degradados criando novos espaços urbanos;
- Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

2.3- Critério da execução Neste critério encontramos as habitações construídas por entes públicos ou privados e as habitações auto construídas.

Concluindo esta estação do nosso artigo, diríamos mesmo que a definição das tipologias e modalidades das habitações já se apresenta como uma das estratégias do governo para a construção das 1 milhão de habitações. Isto porque a determinação legal das tipologias e modalidades das habitações já é uma estratégia para o fomento ordenado de habitação, visto que toda actuação neste sentido deverá obedecer aos critérios estabelecidos legalmente, por um lado, e por outro, é uma garantia legal de que o quadro está criado para a execução do programa habitacional.

### 3. Sobre as estratégias propriamente ditas

Dissemos no ponto anterior que a determinação legal da tipologia e modalidades das habitações já constituem uma das estratégias para o fomento habitacional. Sem prejuízo daquelas considerações, agora vamos deitar mão a estratégia considerada primária. Ou seja: sem a qual não seria possível fomentar a habitação.

Estamos a falar das reservas fundiárias.

As reservas fundiárias que constituem uma dimensão espacial do território, representam os terrenos privilegiados ou programados para a organização e constituição de direitos de uso e aproveitamento útil dos terrenos. As reservas decorrem da planificação física dos solos.

As reservas têm acolhimento legal no artigo 27º da Lei nº 9/04 de 9 de Novembro, Lei de Terras.

Contrariamente ao que muita gente pensa, e com alguma inocência, a constituição de reservas fundiárias não significa um apossar-se dos terrenos por parte do Estado. A constituição de reservas fundiárias significa a planificação dos usos e aproveitamento dos terrenos de acordo com programas de ordenamento do território. É a estratégia primária para o aproveitamento dos terrenos, neste caso concreto, a construção de habitações.

E podemos perceber esta nossa posição da seguinte

forma: O contexto angolano, no domínio da política fundiária, é marcado pela ocupação desordenada dos terrenos, perdendo o Estado, pelo menos em algum momento, o domínio e controlo da gestão planificada dos terrenos.

Desta forma, a constituição de reservas fundiárias significa o controlo dos terrenos pelo Estado, para a sua planificação, aproveitamento ordenado e posterior entrega aos particulares colectivos ou singulares para uma gestão dentro dos instrumentos de ordenamento do território, nos termos da Lei nº 3/04 de 25 de Junho, Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo e do Decreto nº 2/06 de 23 de Janeiro, Regulamento Geral dos Planos Territoriais, Urbanísticos e Rurais, bem como do Decreto nº 80/06 de 30 de Outubro, Regulamento de Licenciamento das Operações de Loteamento, Obras de Urbanização e Obras de Construção.

Assim, a primeira grande estratégia do governo para a construção de 1 milhão de habitações passou, e nada obsta que continue, pela constituição de reservas fundiárias, uma vez que sem o elemento físico não é possível edificar.

O Estado Governo precisa de terreno.

### 4. Outras estratégias

Parcerias Público privadas

O mundo do mercado imobiliário em Angola vem ganhando cada vez mais espaço. Parece uma grande oportunidade para o governo que pretende construir 1 milhão de casas, apostar neste tipo de parceria, sem que para tal signifique o descontrolo dos preços do mercado imobiliário. Ou seja, controlar a especulação imobiliária, apesar destas parcerias. A legalidade desta cooperação entre os públicos e os privados resulta do artigo 1.º, nº 1, alínea m) da Lei nº 3 /07 de 3 de Setembro.

### Incentivo Imobiliário

Os incentivos, quer de natureza fiscal, quer os de desburocratização dos processos relativos à habitação são sem dúvidas estratégias válidas para a construção de habitações nas suas diversas tipologias e modalidades. Isto nos termos dos artigos 16º e 1º alínea f) da Lei de Bases de Fomento Habitacional.

### Capacitação das Administrações Municipais

Atendendo que todo investimento imobiliário recai territorialmente sobre o município e que estes investimentos são feitos de acordos com planos de ordenamento territorial a nível municipal, sem descuidar os planos da competência da província, é necessário que no quadro das competências dos municipais em matéria de planificação territorial, ao abrigo do disposto no artigo 28º nº 1 alínea c) da Lei nº 3/04 de 25 de Junho e do disposto no artigo 44º nº 2 alínea a) do Decreto-Lei nº 2/07 de 3 de Janeiro, as administrações estejam tecnicamente capacitadas para dar resposta ao desafio habitacional através da elaboração de programas de ordenamento municipal que contemplem

espaços para o efeito, e dentro das tipologias e modalidades aprovadas.

### **6.13 Criação de viveiros comunitários fomenta produção de café no Uíje**

*Jornal de Angola, 10/11/ 2008*

Um total de 124 viveiros comunitários de café foram criados em cinco municípios da Província do Uíje onde existem filiais da Estação Experimental, no quadro do Programa Nacional de Fomento da Produção de Café, Trata-se dos municípios do Songo, Mucaba, Quitexe, Negage e Uíje, que receberam da Estação Experimental 250 quilogramas de sementes para os cinco viveiros comunitários.

De acordo com declarações feitas à ANGOP pelo director provincial do Instituto Nacional de Café de Angola (INCA), Zeferino Morna, cada município recebeu 250 bolsas de polítileno (saco preto para sementeira).

"Este programa está a ser acompanhado pelos nossos técnicos, desde o lançamento da semente até à evolução dos viveiros", disse Zeferino Morna, salientando que está a ser feito o fomento do café Amboim, o mais preferido pelos produtores, para além das variedades robusta e Ambriz.

O director provincial indicou que dos seis mil produtores de café da Província, controlados pelo sector agrícola, 302, incluindo dois agentes económicos que se dedicam à comercialização do café, já beneficiaram de micro-crédito para o fomento da produção.

Zeferino Morna informou que o INCA está a materializar um programa de âmbito nacional que tem por objectivo fomentar a produção de cacau, prevendo-se a montagem de um mini-processador de cacau dentro de pouco tempo.

Como disse o director, a actividade cafeícola vai melhorar significativamente na região com a reabilitação já em curso das infra-estruturas da Estação Experimental, que terá um laboratório com tecnologia de ponta para todo tipo de análises de partículas do ramo (solos, pragas, estado de sementes e outros).

### **6.14 Sambizanga um "inferno" a extinguir**

*Semanário Factual, 14/11/ 2008*

O Factual fez uma incursão ao Sambizanga e "descobriu" que a delinquência tem motivo: desemprego e nível baixo de escolaridade, porque poucas são as condições oferecidas à juventude para "fugir" da miséria e da indigência. Magotes de crianças postam-se na rua pedindo dinheiro, roboteiros (desempregados) por tudo quanto é canto procuram por trabalho, vendedores desdobram-se em ladainhas para atrair clientes. Estes reagem, medrosos, vendo em cada rosto um possível ladrão. É este dia-a-dia que o Factual traz ao leitor, na expectativa de que, em breve, este quadro se altere completamente.

#### **O Bairro**

Sendo uma extensão do bairro São Paulo no sentido ascendente, o Sambizanga é um local com casas construídas sem qualquer plano urbanístico oficial, feitas de blocos de cimento e cobertas por chapas de zinco, sem paredes rebocadas ou pintadas, separadas umas das outras por becos, onde mal se consegue passar, o que dá a sensação de serem cubículos onde os seus moradores são pessoas sem posses. As suas ruas, de terra batida, são pouco atractivas, o lixo espalhado aqui e ali é chamariz para doenças.

Mas, mesmo assim, milhares de pessoas coabitam nesse "mundo" onde o comércio comanda a vida e onde o vender e o comprar é tão rotineiro que até quase noite ainda se vê gente a vender o que pode. Aliás, os mercados do São Paulo e do Roque Santeiro são a "alma viva" que movimenta o Sambizanga, onde também centenas de armazéns atraem clientes de todos os tipos. E os donos de armazéns, na sua maioria estrangeiros, libaneses, malianos, senegaleses e brasileiros, "gozam" de felicidade por verem a sua renda crescer dia após dia.

A este quadro juntam-se os engarrafamentos e a confusão próprios de uma zona comercial onde a acção da polícia para ordenar o trânsito é pouco eficaz.

"Aqui no Sambizanga é difícil de se estar por causa do pó levantado por camiões que se dirigem para armazéns com contentores, trazendo gripes e constipações", referiu ao Factual Ana Cardoso, vendedora do mercado do São Paulo, hoje reabilitado e com melhores condições de atendimento.

Para ela, a confusão também incomoda por os vendedores de rua realizarem a sua actividade prejudicando os vendedores dentro do recinto.

Mas, consolada, Ana Cardoso justifica: "É a vida, para quem quer vender tem de aceitar esta situação".

Também motoristas de táxi afirmaram ao F actual que o seu trabalho é complicado, porque, para além dos engarrafamentos intermináveis, as estradas do Sambizanga são horríveis, com buracos e água fétida, principalmente aquelas com destino ao mercado do Roque Santeiro, um local onde tudo é vendável, incluindo a prostituição.



Para jovens vendedores de aparelhos de som no Roque Santeiro, o pior do mercado é o lixo que nunca acaba, mas a nível de delinquência pouco é sentido, "já que se o ladrão for apanhado corre o risco de ser morto", porque "roubar é crime", como frisaram.

"Mas tudo é feito para cuidarmos dos nossos bens, pois daqui sai o nosso pão de cada dia", acrescentaram os jovens que acabavam de receber nova mercadoria chegada de um armazém nas redondezas.

#### EMPREENHIMENTOS

O bairro Sambizanga já esteve no auge na época colonial porque aí funcionavam diversas empresas que hoje estão paradas por obsoletas e por falta de manutenção.

O exemplo mais vivo é as fábricas de bolachas e doces "Vilares", a padaria e confeitaria Pamel e a fábrica de prensado de madeira "Panga Panga, actualmente em fase de reabilitação devido à reconstrução em curso no país.

O Pactual entrou no quintal da Panga Panga e constatou que diversos toros de madeira de boa qualidade estavam aí empilhados à espera do arranque da fábrica, cuja reabilitação está a ser demorada.

Porém, no espaço onde funcionava a padaria e confeitaria Pamel foi erguido um complexo denominado "Associação dos Naturais e Amigos do Sambizanga (Akwa Sambila), cujo patrono é o Presidente José Eduardo dos Santos, também natural do Sambizanga.

Este empreendimento foi criado com a intenção de congregar os natos do Sambizanga e contribuir para a requalificação do bairro, onde problemas de energia eléctrica, de água potável e de saneamento básico são ainda uma "dor de cabeça" para os moradores.

"Sim, é verdade, o Sambizanga é grande em superfície e temos problemas graves quanto à água e à energia, No que toca ao lixo, nem tanto, porque as empresas de limpeza passam por aqui de vez em quando e levam os dejectos", afirmaram membros da administração municipal abordados pelo Factual.

Segundo eles, a situação vai melhorar em pouco tempo, já que há um plano de requalificação para o Sambizanga. Aliás a primeira medida é transferir os vendedores do mercado do Roque Santeiro para o Panguila. Aqui está a ser erguido um complexo de peso, pois para além do mercado em si, compreenderá também outros serviços, como lojas, restaurantes e afins.

"É uma aposta do governo para requalificar o Sambizanga, que deve ser um local com novos empreendimentos turísticos, económicos e sociais", acrescentaram ao Factual os membros da administração municipal.

A reabilitação e o asfalto das ruas do Sambizanga são

igualmente prioridades do governo, tanto é que as principais estradas já receberam novo asfalto, para gáudio dos motoristas que, lestos, se dirigem para a zona da Petrangol (Cacuaco) ou para a zona da Cuca (Hoji-ya-Henda, no Cazenga) nos seus afazeres diários.

#### DELINQUÊNCIA

É por demais sabido que o Sambizanga já teve delinquentes altamente perigosos mortos em confrontos com a polícia, mas, mesmo assim, os criminosos não desistem, procurando por todos os meios ludibriar as forças da ordem e levar a cabo as suas acções delituosas.

É que a existência de mercados e a vida fácil levam jovens a enveredar para o crime, na ânsia de usufruírem de bens que não podem comprar por falta de dinheiro, Mas, paradoxalmente, é pelo dinheiro que os meliantes arriscam a vida.

"Com certeza, o desejo desses gatunos é ter dinheiro, por isso assaltam as pessoas menos prevenidas, porque nos armazéns a vigilância é maior e são logo detectados", afirmaram dois agentes da polícia em serviço no mercado do Roque Santeiro.

Para eles, a presença da polícia tem um efeito dissuador sobre os delinquentes mas na ausência das forças da ordem eles retomam com mais violência.

"Mas a situação está sob controlo, pois temos esquadras onde são encaminhados os recalcitrantes que persistem em cometer crimes diversos", avisaram os agentes da polícia que foram chamados por um indivíduo que acabava de ser assaltado e preso o ladrão, um jovem de 17 anos.

### **6.15 Moradores e Governo devem fazer mais**

*Semanário Factual, 14/11/ 2008*

Foi neste sol infernal de Novembro que a reportagem do Factual se dirigiu ao "Prédio Sujo" para fazer uma radiografia do edifício que começou a ser habitado no final da década de 80 mesmo com as péssimas condições que apresentava. Foi a forma de muitas famílias conseguirem alojamento fugi das da guerra que se fazia sentir em várias províncias do país.

Ao entrar para o edifício o cidadão tem que olhar para os apartamentos para ver se os inquilinos não estão a deitar lixo; tendo muitos moradores discordado com atitudes do género.

Outra reclamação dos moradores do "Prédio sujo" tem a ver com as falhas de energia eléctrica, muitas das vezes por 24 horas.

João Pedro, morador do 9º andar, referiu que vive há 8 anos no edifício e não se lembra de ver os trabalhadores da Empresa Distribuidora de Energia de Luanda

(EDEL) a realizarem um trabalho e chegar até ao prédio.

Para a fonte, o método encontrado para ter energia eléctrica foi através de "puxadas" denominadas por "gatos".

"Se nós não fizermos os "gatos" nunca vamos conseguir sobreviver nesta cidade com muitas dificuldades onde tudo está cada vez mais caro. Agora não me venham cá dizer que nós somos todos sujos, lá porque vivemos nestas condições", venceu o Jovem.

Enquanto isto, Paulo Caxala, também morador do 9º andar e que vive há sete anos, apelou ao Governo da Província de Luanda para que arranjasse alojamentos para que os moradores pudessem sair das péssimas condições em que vivem.

Referiu que "nós estamos por nossa conta, cada qual faz o que lhe der na gana. Alguns moradores ainda tentam organizar-se para em conjunto se conseguir realizar algumas situações pontuais do bairro, mas outros não querem saber. Pensam que quando os jovens ou a comissão de moradores faz alguma cobrança é para extorquir algum valor", lamentou.

Paulo Caxala é de opinião que se forem unidos e reclamarem junto das instâncias vão ser ouvidos e alguns problemas serão resolvidos.

"Temos problemas com a energia eléctrica, com a canalização dos esgotos e com a delinquência. Mas a criminalidade tem diminuído, mesmo assim ainda existem focos de banditismo em toda a zona e este prédio, pelas suas características; escuridão e sujidade faz deles um antro de delinquência", sublinhou.

Já o morador mais antigo do edifício, Lourenço Francisco, morador do 7º andar, afirmou que quando chegou ao prédio o mesmo era uma obra inacabada e nunca viu alguém da administração ou do Governo da Província vir perguntar sobre as dificuldades que enfrentam, até que desabou o prédio da DNIC.

"Este "Prédio Sujo" tem duas fissuras que estão a abrir o edifício ao meio e um dia seremos nós a estar soterrados. Dizem que esta zona é de risco mas nos tirar daqui seria uma boa solução", frisou.

Para o interlocutor do Factual, o Governo deve tirar os moradores e transferi-los para outra zona, de modo a terem uma vida mais condigna.

O prédio tem dez andares, com doze apartamentos cada. Habitam em média mais de 500 pessoas, entre crianças, jovens e adultos.

Este gigante edifício, com um ar de quem quer "vida melhor" serve para grupos de delinquentes dos Combatentes e do Marçal fazerem os seus desmandos, como constatou o Factual no local.

Segundo testemunha, na terça-feira, 11 de Novembro, às duas horas da madrugada, i os bandidos fizeram disparos, num ajuste de contas. Nenhum morador conseguiu sair de sua casa. Habitantes afirmaram que não houve mortes mas via-se sangue pelo passeio.

Lourenço Francisco pede ao comando da Polícia Nacional que coloque uma esquadra móvel nesta zona, já que esta forma afugenta os meliantes.

"Acreditamos que com uma equipa de agentes a patrulhar pela redondezas podemos estar um pouco mais descansados. Porque do outro lado eles não realizam mais desmandos. Esta situação deve-se também pela falta de energia que se faz sentir no "Prédio sujo".

## 6.16 Precol desordem sem controlo

*Semanário Factual, 14/11/2008*

O Factual esteve na Precol e pôde observar que o bairro mais parece uma cervejaria a céu aberto, dado o facto de na maioria das casas serem vendidas bebidas alcoólicas a granel ou a retalho, com caixas expostas na expectativa da clientela.

As pessoas passam, olham, nada dizem, o olhar vagueando à procura de um sítio para sentar e poder beber uma cerveja ou um refrigerante, esquecendo a desorganização patente à volta, como se o tempo tivesse parado. Como diria um escritor alemão num seu romance "A Oeste nada de novo". E este título aplica-se perfeitamente à Precol, onde parece que nada acontece, a excepção do movimento à volta da venda de bebidas.

### EMPREENDIMENTOS

Se no passado viver na Precol era um "luxo", hoje esse luxo desapareceu, não havendo nenhum edifício recém-constituído ou qualquer outro empreendimento erguido, nem sinais de que será beneficiado em termos de requalificação.

O bairro contenta-se com imóveis de dois pisos, por pintar, com alguma sujidade nas paredes, com ruas de asfalto antigo e corroído, naquela que se pode considerar a zona "urbana", porque o lado oposto, onde vive o "povo", as casas são de blocos de cimento sem reboque, desalinhas, nada atractivas e baixas, onde o sol pouco penetra, tomando o ar pesado, principalmente nesta época de calor.

Para moradores, a Precol "vem decaindo cada dia, cada vez mais, sem perspectivas de melhorias a curto trecho".

"A Precol só tem uma coisa: Todo o mundo vende bebidas, o quer dizer que se as fábricas de cerveja ou de refrigerantes fecharem será o fim da picada, referiu o cidadão José de Sousa Manuel, de 50 anos e a viver na Precol há vinte anos.

Para José de Sousa, a Precol é vizinha do bairro da Cuca, onde tem a fábrica com o mesmo nome, E essa proximidade atraiu a atenção dos vendedores de cerveja, principalmente Cuca. Tanto é assim que um cidadão de nome Silveira se apossou da rua Ngongo, na Precol, e a transformou num armazém a céu aberto, onde vende diariamente pelos menos dez mil grades de cerveja.

Daí que a rua foi fechada no sentido ascendente, impedindo a passagem de viaturas. Mas isso não parece incomodar os moradores que assistem todos os dias à entrada de carrinhas ou de camiões a fim de carregarem cerveja para os vários destinos.

A administração comunal da Precol faz vista grossa a essa anarquia, o mesmo acontecendo com as autoridades da fiscalização que, impotentes, observam a cena como se de um filme se tratasse.

Indagado pelo Factual, José de Sousa foi peremptório: "Não fosse a Igreja da Nossa Senhora das Graças nada na Precol interessaria".

E, na verdade, como constatou o Factual, a Igreja da Nossa Senhora das Graças é um belo edifício, pintado e com uma abóbada atraente.

Segundo devotas, a Igreja é muito concorrida por fiéis, principalmente aos domingos, quando centenas de crentes aí se dirigem para assistirem à missa ou orarem.

#### COMÉRCIO

Lojas para comercialização de produtos são raras na Precol, sendo a actividade mais visível a venda de cerveja. Há algumas cantinas de cidadãos estrangeiros, senegaleses, malianos, da Guiné-Bissau e da Guiné-Conacry. Estes fazem o que podem no atendimento aos moradores. E estes colaboram, encurtando distâncias na procura de bens de primeira necessidade.

"As cantinas são uma safa, senão teríamos que ir até aos mercados de São Paulo ou da Cuca, um pouco distantes", afirmaram Anabela Joaquim e Francisca Antunes, duas clientes assíduas das cantinas, como elas próprias confirmaram.

Há também um pequeno mercado na Precol, mas este está longe de satisfazer a demanda em termos de produtos para os clientes.

"Sim, há também pessoas que vendem produtos à porta da casa e facilitam a nossa vida quando queremos algo, como tomate, cebola, ou alho. Mesmo o óleo vegetal e detergentes podemos comprar nessas pessoas", afirmou Carlos Martins, membro da fiscalização na administração comunal.

Para ele, a Precol "não requer muito trabalho da fiscalização, porque poucas são as viaturas que por aqui passam e também porque o comércio não está sob o nosso controlo".

#### DELINQUÊNCIA

Dada à localização da Precol, perto da fábrica da Cuca, às suas condições de habitabilidade e às ruas esburacadas e de terra batida, a delinquência faz morada mas é de pouca monta, como referiu o sargento da polícia, Diogo Jorge, quando abordado pelo Pactual.

Para o agente policial, a noite é um pouco insegura, porque há áreas da Precol com pouca iluminação, mas sempre que é apresentado um caso na esquadra a intervenção tem sido pronta.

Cidadãos moradores da Precol disseram que a criminalidade no bairro tem estado sob o controlo da polícia que procede a rondas diárias e nocturnas, o que faz com que os meliantes se debandem para outras áreas, como da Cuca, onde armazéns são chamariz para atrair ladrões. Mas, estes, quando apanhados são levados à esquadra policial e punidos.

### **6.17 A questão da requalificação das zonas históricas de Angola**

*Folha 8, 15/11/2008*

Para o nosso contexto, julgamos que o homem negligente é aquele que, apesar de não desejar fazer mal, deixa os monumentos ao abandono e não se preocupa com o ambiente; a sua negligência não é apenas o esquecimento da assistência material, mas também a falta de devoção. As coisas, nas quais "deixamos" de pensar, perdem pouco a pouco a sua substância, o "esquecimento" que equivale à morte. São as acções do homem negligente, não é intrinsecamente mau, elas resultam da ignorância.

Quanto ao tipo de homem destruidor, como dizia Herculano,

"...nós destruimos por ideias falsas, ou exageradas, destruimos activamente, porque a destruição é uma virtude desta época. Feliz quem isto escreve, se pudesse curar alguém da febre demolidora, salvar uma pedra, só que fosse, das mãos dos modernos bunos.

Ontem, como hoje, o vandalismo destruidor desfeia o território e transforma a cidade num espaço de incivilidade, subvertendo assim a vocação primacial da urbe - a de proteger o homem.

Quanto ao homem modernizador, em nosso elástico entendimento, é o mais temível de todas as personagens.

Escudado pela bandeira do progresso, transforma a modernização numa verdadeira ditadura que ninguém controla e não tem de prestar contas por ter a virtude de auto-legitimar. Arrastados por uma vertiginosa fuga para frente, os homens actuais são os agentes de um processo de desenvolvimento que já não é senão uma

paródia de progresso.

Temos a esse respeito muitos exemplos que podem servir de reflexão. Vejamos a seguir, alguns desses:

As intervenções urbanísticas nas cidades do País vêm atingindo, ao longo do tempo, muitas vezes desastrosamente toda a herança do passado.

O desaparecimento, ainda na era colonial, de algumas notáveis construções, como a "Casa dos Lencastres" a "Casa dos Contos", a antiga "Residência dos Bispos", o sobrado que se achava no local onde se ergue o edifício do actual B.P.C, demolidos de forma inglória, o mercado do Kinaxixi, da autoria do Arquitecto angolano Viera da Costa. A tentativa de desmontar o bellissimo Palácio de Ferro, cuja resistência valeu pelo facto de serem de ferro as vontades da sua permanência, opondo-se àquela inqualificável tentativa.

Para além da destruição de muitas outras (casas de sobrado) e de Varias casas nobres da baixa, de Luanda dos séculos XVII e XVIII, que davam uma aparência suigeneris à cidade de Luanda; ainda nesta senda foram deliberadas no perímetro da "Cidade Alta" a demolição de um dos mais característicos e notáveis "espécimes" da arquitectura e da construção civil do período oitocentista, o "Palácio da Dona Ana Joaquina".

Várias vezes são dadas justificações inaceitáveis, facilmente as pessoas recorrem à justificação de que é mais fácil construir que ter de mandar restaurar ou reabilitar uma edificação antiga nas suas características primitivas.

Contudo, o estado de conservação dos edifícios públicos continua a servir de meio de se embelezamento citadino, substituindo por outros modernos que não têm o mesmo valor simbólico que estes tiveram na memória colectiva da cidade.

O mito da modernização em Angola tem a sua génese nas décadas de 50 e 60 do século XX, começando-se por digladiar por uma corrente de "bota abaixo" que tinha o apoio de algumas entidades oficiais da administração colonial, historiadores e arquitectos da conservação dos vestígios do passado.

O certo é que não foram os últimos que triunfaram, mas os primeiros. Em 1970, continuavam a ser arrastadas as edificações das nossas cidades sem dó nem piedade como se diz hodiernamente.

Ao que nos parece, de nada valeram os clamores e os protestos dos que desejavam manter a fisionomia urbanística das cidades do País e, entre esses defensores do património artístico e arquitectónico do país, realça-se nomes como o do Arquitecto Fernando Batalha, vogal presidente da comissão dos Monumentos Nacionais que veio a Angola na década de 50, voltando a Portugal na década de 1980, foi um dos mais qualificados precursores das investigações sobre a arquitectura colonial portuguesa em Angola, sobre a qual escreveu várias obras. Manuel da Costa Lobo Cardoso e o Eng.º Waldemar d'Orey, terão sido duas gratas figuras que se debateram contra a delapidação do

património histórico – arquitectónico de Angola.

Um pouco por todo o território do país, estas cenas eram quase cíclicas em lugares, com maior impacto que outro, por exemplo, o Namibe, já naquela época, o "Forte de São Fernando", foi vítima deste acto. Depois da nossa independência, registou-se um acentuado êxodo rural nos centros urbanos, conhecendo-se uma acentuada aglomeração de populares, devido ao conflito armado interno.

Muitos dos edifícios não tinham sido projecta dos ou dimensionados para acolher o tão elevado número de habitantes que para lá foram viver, ou seja, não estavam preparados para fazer face àquele meio de exigências.

Consequentemente, os edifícios e as infra-estruturas foram-se degradando gradualmente. O estado, diga-se de passagem, o grande proprietário, não tinha recursos nem meios necessários para fazer face a esta situação, o que não validaria um diplomático com organismos internacionais para a sua preservação, tanto quanto julgamos saber existe uma comissão da UNESCO, que vela pelo património histórico cultural que seria em nosso entendimento uma via.

## **6.18 Os marginalizados da Mulemba**

*A Capital, 15/11/2008*

Para fazerem ouvir as suas reclamações os moradores daquela zona fizeram chegar às administrações dos municípios de Cacuaco, Sambizanga e Cazenga, cartas nas quais alistaram um conjunto de problemas que gostariam de ver solucionados.

«Criamos condições para fazer estas mudanças. Já encontramos lugar para colocar fontanários, ao mesmo tempo que moradores disponibilizaram espaços nos seus quintais, para montarem o Posto de Transformação de energia (PT). Só estamos à espera dos dirigentes», refere César Justino.

Mas, enquanto aguardam por uma resposta, moradores desta zona «esquecida» continuam a viver os mesmos problemas que alguns dizem enfrentar «há mais de 20 anos».

Pelo menos foi o que nos disse Marcelina Agostinho, moradora há 26 anos do espaço. «Muita coisa mudou desde que viemos viver aqui. Antes tínhamos água e luz, agora só mesmo desenrascando», explica esta residente que, tal como alguns residentes, designam a zona por Mulemba ao passo que outros, preferem chamá-la de Camakongo.

Mas, administrativamente, como explicou o agora eleito vice-coordenador César Justino, a zona é conhecida mesmo como sector 13/14.

Trata-se de um território localizado por de trás do conhecido Aldeamento Mulemba, que faz fronteira com os municípios de Cacuaco, Sambizanga e Cazenga. Apesar de pertencerem administrativamente a municípios diferentes, os moradores têm problemas em comum.

«Nós aqui vivemos esquecidos. Nem já uma galinha, porque esta ainda tem um dono que lhe faz uma capoeira. Nós não. Tudo aqui é feito com nosso esforço», lamentou Isabel Samuel, moradora do território pertencente ao município do Cazenga.

Ao, entrar-se para o bairro, a ideia com se fica é que, lá falta tudo, menos energia eléctrica. Tal é a teia, de linhas que rasgam céu do aglomerado populacional. Mas afinal, não. Quando a noite cai, o cenário é esclarecedor. Contam-se as casas iluminadas com a energia da rede EDEL.

«Aqui funcionam geradores e energia da Sonel», esclarece Mavinga Afonso. A grande maioria não tem 300 dólares, para fazer um contrato com os proprietários de PTs privados. Tão pouco para comprar um gerador. É forçada a utilizar a energia da rede, que muitas vezes significa prejuízo.

Em casa de Inês, por exemplo, já se decidiu que doravante o único aparelho a ligar é o televisor. A geleira queimou em duas ocasiões à custa de sucessivos curto-circuitos. Quando encontramos Marcelina Gertrudes, fazia contas à vida. Procurava saber onde buscaria dinheiro, para compensar a baixa que sofreu por força do mau fornecimento de energia eléctrica. Perdeu, nisso, parte do negócio que desenvolvia.

«Não consegui vender todo frango. Trouxe para a casa, mas por falta de energia, tudo se estragou. Estou a secar para mandar para a lavra, onde está a minha sogra», lamenta.

## **6.19 Concorrência desleal na construção nacional**

*Folha 8, 15/11/ 2008*

A construção de um milhão de casas é um dos desafios do Governo para os próximos quatro anos, em virtude de o mercado de habitação ganhar, nos últimos anos, uma realidade ilusória para a maioria dos angolanos.

Meia dúzia de nacionais passaram a rever-se nos preços que orientaram o mercado imobiliário angolano, em que se encontram apartamentos a serem alugados por 10 a 20 mil dólares ou vendidos por 1 milhão, enquanto a maioria da população vive com menos de um dólar por dia.

A realidade explica o menor número de pessoas a apostarem nos relacionamentos sérios: ter família e procurar por um tecto, assim como um maior número

de casais a viver na casa dos pais, impossibilitados de darem aos seus filhos uma educação plena.

A efectivação do programa da construção de um milhão de casas, assim como a clareza na sua distribuição, passa a ser vontade de todos os angolanos, independentemente da sua filiação política. Porém, um eventual fracasso do projecto será aproveitado contra o MPLA no debate para as próximas eleições por outras forças políticas. Pelo facto, o povo acredita que o partido no poder tudo fará, no sentido de não defraudar, embora reconheça ser difícil o desafio como reconhecem os membros do partido. A verdade é que está lançado.

Na eventualidade de o governo conseguir construir o prometido número de fogos, a transparência na distribuição é o que desejará o povo que mais sofre pelos transtornos dos projectos de construção de novas infra-estruturas por parte do governo.

Sabe-se que o desafio de reconstrução do País tomou mais caro os materiais de construção para a infelicidade daquelas pessoas que, desenrascadamente, procuram construir o seu tecto. O cimento, por exemplo, vendido, actualmente, a 1600 kwanzas já custou 800 kwanzas.

A razão do incremento deve-se ao desafio do governo de reconstrução do país, uma vez ter obrigado a Cimangola, única produtora nacional de cimento, a reduzir de 60% para 35% a produção destinada ao público.

Segundo responsáveis da Cimangola, a referida redução foi feita à margem da a posta governamental de construir um milhão de casas. Nesta ordem de ideias, nos próximos tempos, a produção destinada para o povo poderá conhecer nova redução e, na sequência, o produto conhecer novo aumento.

Tal cenário irá tão-somente prejudicar ainda mais o projecto de pessoas como o jovem Paulo Carlos que há dois anos luta para construir uma pequena casa de dois quartos e uma sala no terreno que o seu falecido pai deixou. Professor de profissão, no início da empreitada, conseguia comprar vinte sacos de cimento em cada final do mês contra os dez actuais.

Por também sofrerem aumento, estes construtores particulares viram-se forçados a reduzir a quantidade de outros materiais, havendo ainda os que tiveram mesmo de parar com as obras, como é o caso da cidadã Luísa da Silva, 40 anos, vendedeira do mercado Roque Santeiro.

Portanto, o aumento do preço do material de construção é apenas um dos transtornos "do programa de reconstrução do país, no qual se destaca o projecto megalómano de um milhão de casas.

## 6.20 Auto-estrada para o futuro

*O País, 21/11/ 2008*

Falta menos de um mês para Luanda ganhar a primeira parte de uma cintura de asfalto que vai modificar para sempre a forma como os habitantes da capital se deslocam no seu dia a dia.

O trânsito é o maior quebra-cabeças da vida luandense. Embora Cacucaco, Viana e Benfica distem menos de 20 quilómetros da Baixa da capital, é frequente os automobilistas desperdiçarem mais de duas horas a percorrê-los.

A primeira fase da auto-estrada circular de Luanda será aberta ao trânsito em meados de Dezembro, na zona dos Mulenvos, facilitando o trânsito nas imediações do Cacucaco. O restante dos 54 quilómetros da circular será inaugurado em princípios do próximo ano.

É uma auto-estrada completamente diferente das que actualmente existem. Tem duas faixas de rodagem em cada sentido, separadas por um vão de vinte metros de largura, segundo o modelo utilizado nas auto-estradas inter-estaduais nos Estados Unidos da América.

Com a nova auto-estrada circular a funcionar em pleno, o trânsito vindo do Sul, pela Estrada 101 e destinado a Viana ou ao Cacucaco deixa de forçosamente ter que entrar na capital, descongestionando em muito a estrada da Samba.

Também o trânsito pesado que sai do porto de Luanda com destino à zona industrial e ao porto seco de Viana terá na auto-estrada um mais fácil escoamento, sendo retirado do centro da cidade em direcção à estrada de Catete.

A circular permitirá também um acesso fácil ao novo campo universitário que está a ser construído na Camama e que reunirá os pólos da Universidade Agostinho Neto actualmente dispersas pela cidade de Luanda.

A auto-estrada facilitará igualmente o acesso ao novo Aeroporto Internacional de Luanda, que está a ser construído na zona do Bom Jesus, ao quilómetro 31 da estrada de Catete.

Oito nós rodoviários redireccionamento do trânsito vão ser construídos longo do percurso da circular, de forma a darem acesso a outros tantos percursos radiais da capital.

Para garantia da durabilidade desta obra, foram construídas ao longo da auto-estrada trinta valas de drenagem para águas pluviais.

As obras são da responsabilidade do Instituto Nacional de Estradas de Angola, estando empenhados na

construção cerca de três mil trabalhadores.

## 6.21 Cuca requalificação torna-se imperiosa

*Semanário Factual, 21 a 28/11/2008*

O Pactual fez uma incursão ao bairro da Cuca e pôde notar no rosto dos moradores um ar de tristeza por verem a degradação a acentuar-se, apesar de constar nos planos das autoridades a sua requalificação a breve trecho.

Com ruas esburacadas, com lixo e água parada, sem asfalto, o bairro da Cuca clama por uma intervenção imperiosa, não vá o tempo mostrar as debilidades de quem de direito para sanar os males de que enferma a zona.

Grosso modo, os moradores da Cuca dedicam-se ao comércio informal, vendendo de iguarias a cerveja, já que quem "comanda" o bairro é a fábrica da Cuca, um empreendimento de peso e que é o sustento de milhares de cidadãos em Luanda.

Porém, sente-se que a vontade da administração municipal do Cazenga é efectiva, pois a estrada principal que sai do São Paulo para a Cuca já recebeu novo tapete asfáltico, o que facilita o tráfego rodoviário nos dois sentidos.

São ventos da mudança e é de crer que se a requalificação prevista acontecer no município do Cazenga, então o bairro da Cuca será abrangido, para que esperança da população local seja renovada.

### EMPREENDIMIENTOS

O empreendimento mais visível no bairro da Cuca é a fábrica de cerveja com o mesmo nome, de onde partem camiões que rasgam a estrada carregados com grades de cerveja.

Esta fábrica, que data da década de 60 do século XX, recebeu novo equipamento há alguns anos e hoje possui duas linhas de enchimento novas, o que é um regalo para os compradores que vêem assim melhorada a qualidade da cerveja produzida.

Também novos edifícios privados de oito andares estão a ser construídos na Cuca, desconhecendo-se por enquanto a que se destinam, se para moradias ou para escritórios.

De resto, poucas alterações registam o bairro da Cuca no seu dia-a-dia, embora que com os novos edifícios a nascerem venha a ganhar outro aspecto.

Porém, o elemento mais notável na Cuca é o corre-corre dos vendedores, inundando as ruas com diversos produtos, com trânsito automóvel infernal à mistura, sem que se vislumbrem medidas para se pôr termo a

essa desordem que faz o dia dos moradores.

Lojas, botequins, venda de discos, de roupas, de geradores, de pneus, existem na Cuca, daí o motivo para os vendedores e compradores não largarem o bairro, pese a degradação patente.

O Factual abordou alguns moradores que foram unânimes em reconhecer que a solução para a Cuca é a requalificação do bairro, onde milhares de seres pululam em meio ao lixo, ao pó e a dejectos, e onde a vida continua apesar da sorte ser "madrasta".

"É verdade, senhor jornalista, o bairro da Cuca já foi agradável, não sei porquê que hoje está como está", referiu o morador Chico António, de 35 anos e vendedor de discos.

Para ele, a falta de manutenção das ruas, dos edifícios e do sistema de drenagem podem ter contribuído para que o bairro da Cuca se degradasse a ponto de parecer quase ilusória a sua recuperação.

"Mas, como a esperança é a última coisa a morrer, tenho fé que o bairro da Cuca vai ser melhorado, porque é chato viver nestas condições", afirmou outro morador, Juvelino Andrade. Para este, só mesmo uma requalificação profunda pode mudar a imagem do bairro da Cuca e tomar mais "civilizada" a área, que é muito procurada pelo facto de albergar espaços comerciais.

#### COMÉRCIO

O comércio no bairro da Cuca é florescente, iniciando-se por volta das seis horas e encerrando ao anoitecer. Nesse período, centenas de vendedores aprumam-se para começar o dia. Por volta das nove horas chegam os compradores e começa a azáfama, com gente a empurrar-se para conseguir maior venda dos seus produtos. Por vezes, surgem discussões entre vendedores pelo facto de disputarem o mesmo comprador, levando este a desistir de adquirir o bem de que necessitava.

"É terrível, até para quem quer comprar alguma coisa, a solução é lutar, é tanta gente a andar que incomoda", fez saber Adalberto Tomás, um cliente que diz ser assíduo nas compras na Cuca.

O comércio informal é o mais comum na Cuca porque os mercados oficiais se encontram distantes e como as lojas de produtos estão nesse bairro fácil é adquirir os bens aqui.

"Com certeza, se moramos na Cuca e formos vender no Tunda Ngo, no Asa Branca ou nos Cajueiros, perdemos, porque esses mercados já estão cheios de vendedores", disseram ao F actual vendedoras preocupadas em despachar o produto que vendiam:

Carne de vaca, exposta numa barraca em que moscas volteavam incessantemente.

"E vendem carne fresca assim, sem condições?" indagou o jornalista, tendo elas respondido em uníssono: "Esta carne é boa, veio dos armazéns da Arosfram e toda gente compra sem reclamar".

Para além de produtos perecíveis, os vendedores ambulantes vendem também electrodomésticos, como rádios e dvd's, artigos de beleza, lenços, toalhas, perfumes e, como se disse, cerveja fresca pronta para consumo ou em grades.

E para quem comercializa cerveja, o negócio é rentável, principalmente nesta época de calor.

"Por acaso esse período é bom, vendemos muita cerveja", referiu Manuela Trindade, proprietária de uma barraca de comes e bebes na Cuca. Para ela, o melhor comércio, para além da comida, é mesmo a venda de cerveja.

Comensais da barraca de Manuela Trindade afirmaram ao Factual que, na verdade, a cerveja corre a rodos sempre que se dirigem aí para almoçarem.

"É agradável, a comida é boa e a cerveja está gelada", referiu o comensal Diogo Felismino que, na companhia de três amigos, degustava uma funjada com calúlú e bebia cerveja de marca Cuca.

#### Delinquência

Sabendo-se que onde há comércio há crime, fácil é perceber que o bairro da Cuca não foge à regra.

Com efeito, quem pela ruas do bairro da Cuca passa fica com sensação de que está ser observado, pois gente desempregada sentada frente às suas casas são uma "ameaça" real.

Porém, é nas áreas de comércio onde acontecem crimes de furtos, pequenos crimes que mesmo assim preocupam a Polícia Nacional.

"De facto, essa onda de crimes de furto tem de acabar, porque, além de afectarem comerciantes, são indício de que os jovens aqui estão desempregados e sem estudar", informou o oficial da polícia de giro, Paulo Santana, quando circulava numa viatura com quatro agentes.

Cidadãos abordados pelo Factual concordaram que empregar os jovens é a melhor maneira de tirá-los do mundo da criminalidade, pois em crescendo a vida desses jovens pode "dar para o torto".

"E quem perde é o país, porque se diz que a juventude é a força da mudança, o certo é garantir a ela estudo e trabalho", afirmaram António Paulino e José Augusto, ambos psicólogos a trabalharem num centro médico no bairro da Cuca.

Com esta reportagem, o Factual pôde mostrar que nem tudo está perdido, pois, se a vontade das autoridades vincar, o bairro da Cuca pode voltar a ganhar o

"brilho" que perdeu ao longo desses anos todos, a vários níveis.

## **6.22 Reserva de 100 mil hectares para construção de habitações**

*Agora, 22/11/2008*

O ministro do Urbanismo e Habitação anunciou que o Governo tem já identificadas mais de 100 mil hectares para a construção de habitações para as famílias de médio e baixo rendimento em todo o país. O governante acrescentou que esta superfície equivalente a cem mil campos de futebol foi constituída como reservas fundiárias para o fomento habitacional do Governo.

Sita José precisou também que com estas reservas abrem-se oportunidades de formação de parcerias público-privadas para a realização das infra-estruturas de urbanização, requalificação urbana e de regularização fundiária nas áreas peri-urbanas, acrescentando que o programa Executivo Habitacional do Estado tem em conta a dimensão dos desafios determinados pelas novas necessidades geradas pela evolução demográfica do país, no período de 2008/2012.

O titular da pasta do Urbanismo e Habitação afirmou igualmente que o Estado angolano herdou do período colonial uma diminuta prática administrativa de gestão urbanística, consubstanciada na disponibilidade de alguns esboços de planos de ordenamento sem um quadro regulamentar desenvolvido sobre o uso e transformação do território.

Considerando a situação como adversa à administração urbana do novo ciclo de rápido crescimento populacional das cidades e de profunda alteração na distribuição territorial dos assentamentos humanos, com preferência para fixação na orla marítima e na periferia dos grandes centros urbanos, frisou que estão lançados os maiores desafios de restabelecimento do equilíbrio entre o desenvolvimento das actividades económicas, assim como o potencial humano e o ambiente.

De acordo com ele, a lacuna regulamentar e instrumental herdada do passada colonial e a debilidade administrativa tem vindo a ser preenchida, desde 2004, com a aprovação pela Assembleia Nacional da Lei nº 3/04-Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo e dos diplomas complementares do Conselho de Ministros. Todavia, acrescentou que a questão fundiária permanece relevante nas suas múltiplas dimensões sociais e encontra-se regulada pela Lei 9/04- Lei de terras e Regulamento Geral de Concessão de Terrenos.

## **6.23 57% da população angolana vive nas zonas urbanas**

*Jornal de Angola, 22/11/ 2008*

Cinquenta e sete por cento da população angolana, correspondente a mais de oito milhões e quinhentas pessoas vive no meio urbano, de acordo com um estudo feito pelo Fundo das Nações Unidas para a População.

O dado foi avançado ontem, em Luanda, pela ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, na cerimónia de encerramento das XII Jornadas Técnico-Científicas da Fundação Eduardo dos Santos.

Este indicador, segundo Ana Dias Lourenço, pode, para alguns, significar o desenvolvimento e modernização do país, enquanto para outros constitui um grande desafio em termos de planeamento e organização dos espaços urbanos.

A ministra referiu que Africa é o continente menos urbanizado do mundo, com apenas 40 por cento da população a viver em cidades e vilas. "Todavia, vários estudos apontam para um incremento da urbanização a uma taxa média anual de 4% num futuro próximo, ou seja, cerca de dobro da que é observada na América Latina e na Ásia, tomando deste modo urgente a necessidade de se enfrentar os desafios da urbanização e promover o desenvolvimento urbano sustentável", adiantou.

O processo de urbanização em Angola sublinhou Ana Dias Lourenço, foi fortemente marcado pelo modelo e pelo ritmo da colonização portuguesa. A rede urbana era harmoniosa e respondia às necessidades do território de então e aos seus ritmos de crescimento.

A ministra do Planeamento recordou que o crescimento das cidades angolanas está ligado aos movimentos migratórios internos resultantes da instabilidade político-militar que o país viveu e que o efeito da guerra proporcionou um êxodo populacional elevado e um florescimento da actividade informal.

A ministra acentuou ainda que a experiência em Africa revela que as melhorias verificadas na actividade agrícola levam à diminuição dos fluxos migratórios para as cidades.

Em Angola, segundo a ministra, apesar de não se considerar possível o retomo total da população para o campo, a estratégia de desenvolvimento que elege a recuperação da agricultura, o desenvolvimento integrado das comunidades rurais e a electrificação rural permitirá a redefinição e a recuperação económica e social dos centros urbanos.

"Não é possível pensar na questão urbana em Angola sem resolver o problema da agricultura", defendeu a ministra angolana.



## **6.24 Obras em Luanda colocam em risco futuro do futebol**

*Agora, 22/11/2008*

Os vários projectos de reconstrução e requalificação de alguns bairros na cidade de Luanda estão a colocar em "xeque" o desenvolvimento do futebol jovem. Depois de várias reportagens já publicadas pelo AGORA sobre a situação, um caso recente "descoberto" pela «Rádio Cinco» despertou a abordagem da "velha" problemática à volta da injusta profanação aos campos do areal.

O popular município do Cazenga corre o risco de ver extinto o "famoso" campo da Refrinor, esse mesmo, que no passado viu nascer jovens talentos do nosso futebol, mas que hoje emprestam as suas qualidades nos Palancas, como são os casos de Zé Kalanga, Loco, Kikas, e só para citar estes.

A situação representou esta semana um motivo de abordagem exaustiva naquela estação radiofónica desportiva, com intervenção positiva de algumas individualidades desportivas de renome no país, a exemplo do actual deputado do MPLA à Assembleia nacional, Rogério Silva.

"O desporto é um grande e importante factor de unidade nacional. Os angolanos venceram na adversidade, por intermédio do desporto", disse Rogério Silva, antigo presidente do Comité Olímpico Angolano.

Contrariamente ao sentimento daquele deputado e antigo dirigente desportivo, constituiu admiração a falta de atitude das entidades governativas para a causa desportiva. Dos vários campos pelados que já desapareceram nos bairros os jovens lesados não puderam contar com o apoio das administrações que, na maioria das vezes, os seus representantes máximos reagem de forma pávida e serena.

"Perdemos o campo do Kikalanga e do Ámbaca, na Samba, também desta forma. Ninguém quer saber do futebol jovem e muito menos ignoram o facto dos atletas de hoje terem passado pelo futebol dos bairros", disse Abílio Van-Dúnem, ex-futebolista da Refrinor, residente na Samba.

Entre as grandes preocupações das formações sedeadas no município do Cazenga destaca-se o facto de parte do campo da Refrinor ter sido já consumido com matérias de construção das obras de requalificação em vigor na área.

## **6.25 Ministério reafirma engajamento do governo no domínio da habitação**

*Jornal de Angola, 25/11/ 2008*

O ministro do Urbanismo e Habitação, Diekumpuna Sita José, reafirmou ontem, na cidade de Ondjiva, província do Cunene, que durante o período 2009/2012 o Governo angolano estará engajado em facilitar o acesso à habitação à população.

O ministro falava durante a abertura do primeiro fórum regional sobre apreciação das condições de ordenação da estratégia global da constituição das reservas fundiárias e urbanização dos terrenos municipais. Segundo o governante, um dos maiores desafios do Governo para quadriénio 2009/2012 será a construção de cerca de um milhão de habitações.

Sublinhou que isto traduz-se na visão estratégica da acção governativa face ao gigantesco desafio de absorção do défice habitacional, da melhoria das condições de habitabilidade das famílias angolanas e, em especial, da melhoria da qualidade de vida das populações nas áreas peri-urbanas.

Na ocasião, Sita José recomendou aos gestores, técnicos e administrativos das províncias do Cunene, Huíla, Namibe e Kuando-Kubango a assegurarem as reservas fundiárias mínimas, visando a promoção dos programas habitacionais de interesse social.

Disse ser propósito do encontro, transmitir aos responsáveis provinciais e municipais o conjunto de conhecimentos que irão promover e direccionar, de forma coerente, as actividades a realizar a nível local, para o aproveitamento das terras consideradas reservas estratégicas do Estado.

Durante dois dias, os participantes vão debruçar-se sobre a constituição e urbanização das reservas fundiárias, aspectos jurídicos legais, modelos de organização institucional para gestão de reservas fundiárias.

Constam igualmente dos temas agendados, as actividades ligadas aos processos de urbanização das reservas fundiárias e de regularização do uso e ocupação dos terrenos nas áreas peri-urbanas, a concessão e regularização de terras em áreas peri-urbanas.

A gestão integrada do território (visão e planeamento) a alternativa para o projecto de reintegração das populações residentes em áreas de risco na cidade de Ondjiva e visitas de reconhecimento às áreas de urbanização prioritárias constam igualmente da agenda.

Estiveram presentes ao acto, os governadores provinciais da Huíla, Cunene e Kuando-Kubango, Isaac dos Anjos, António Didalelwa, Boa-vida Neto e Eusébio de Brito, o vice-governador da província do Namibe, António Correia, representantes dos ministérios da Hotelaria e Turismo, Administração do Território, técnicos do sector, entre outros convidados.

# 7 SERVIÇOS BASICOS

## 7.1 Camionistas queixam-se de corrupção no atendimento

*Angolense, 8/11/2008*

Ter o camião abastecido não é uma tarefa fácil requer acordar às duas da madrugada, estar exposto a todo tipo de riscos, mas ainda assim, não significa ser o primeiro na fila. Qualquer um pode o ser, desde que tenha a famosa "gasosa". A corrupção é a "lei" que orienta o enchimento dos camiões.

Os funcionários da "girafa", cuja missão é encher os camiões cisternas, cobram 3 a 5 mil Kwanzas por cada carregamento, independentemente da capacidade da viatura. Este é o retrato do que acontece no Kikuxi.

A este valor adiciona-se mais cinco a seis mil Kwanzas de "gasosa". Os que não seguem o produto pela mesma via, sujeitam-se a ter o camião abastecido em último lugar ou apenas no dia seguinte, quer tenha chegado cedo ou não. "Mesmo na condição de primeiro, um indivíduo passa aqui a noite, mas no dia seguinte não é o primeiro a ser atendido", disse um velho camionista.

Passar aí à noite é outro dilema. Os camionistas pagam pela sua segurança, porque a polícia assim o exige. O serviço de ronda policial custa cem Kwanzas, a cada camionista. "Não é nossa vontade, mas a polícia obriga-nos a isso", denuncia Adão Santos.

O principal factor impeditivo para que os primeiros sejam os últimos a proceder ao carregamento das viaturas, chama-se "camiões da prioridade".

Regra geral, os "camiões da prioridade", como são chamados pelos agentes da Polícia, Forças Armadas Angolanas, e, fundamentalmente, dos que pagam a "famosa gasosa". Os elementos da polícia e das FM às vezes também enfrentam dificuldades, porque a prioridade tem sido para os que entregam dinheiro", diz Manuel Duarte, um outro camionista.

Os que pagam fazem cinco a seis carregamentos por dia, enquanto os que seguem a via legal são relegados para último plano. "Cheguei às três da manhã, são treze horas e não fui atendido", afirma.

O rol de dificuldades é constante na medida em que, aos fins-de-semana e feriados os preços sobem. Para o carregamento do camião o camionista tem de dispor de sete mil Kwanzas, mais oito da "gasosa". Devido às longas horas associadas aos gastos com a corrupção, a água chega ao consumidor a preço exorbitante.

A quantidade de litros de um camião determina o preço

a pagar. Por exemplo, um camião com a capacidade para trinta mil litros custa, igualmente, trinta mil Kwanzas, sucessivamente. O preço, também é determinado pelo local de morada do cliente, quando mas próximo, mais barato se torna o preço.

## 7.2 Água potável nas torneiras dos oito municípios

*Jornal de Angola, 17/11/2008*

Os habitantes das oito sedes municipais da província do Bengo já consomem água potável, fruto do programa "Água para todos até -2012", do Governo Central. Durante o biénio 2005/2006, a província contou com a instalação de 32 sistemas de captação, distribuição de água e fornecimento de energia eléctrica em 32 sedes comunais.

O Governo Provincial tem um projecto para a expansão da rede domiciliar, para beneficiar um maior número de consumidores.

A província do Bengo é uma das três contempladas pelo programa do Governo Central, "Água para Todos", que visa a melhoria das condições de vida das populações rurais. Com este projecto, mais de "67.334 habitantes das localidades r da Barra do Dande, Míngue, Úcua, Foto Sacala e Kingongo, Onga Zanga, Cabiri, Tabi e Bela Vista passam a consumir água potável.

Depois de concluída a primeira fase do programa, que inclui igualmente as províncias de Benguela e Uíje, 271.875 habitantes vão ser contemplados. Segundo o projecto do Governo, as estações a instalar nas comunidades rurais, devem estar equipadas com sistemas alternativos de fornecimento de energia, que funcionem no mínimo oito, horas por dia.

O Bengo vai contar com uma empresa privada de prestação de serviços, com objectivo de cuidar da gestão do saneamento básico, distribuição de água e luz.

Energia de Cambambe para a cidade de Caxito  
Relativamente ao sector energético, a província beneficia, desde 2007, de uma linha de alta tensão que sai de Kifangondo, e está instalada numa das subestações da barragem das Mabubas, o que permitiu, numa primeira fase, a sua distribuição de energia em média tensão, à cidade de Caxito.

A barragem das Mabubas, que fornecia luz eléctrica à província do Bengo, foi destruída pela UNITA, em 1992, quando regressou à guerra, em consequência da derrota eleitoral. A capital do Bengo, durante 15 anos, ficou a consumir energia eléctrica produzida por um grupo gerador. O governo provincial pretende, nos próximos tempos, iniciar a reabilitação das antigas linhas de alta tensão, que transportavam a corrente eléctrica para os municípios do Pango-Aluquem, Bula-

Atumba e Dembos-Kibaxe, por constituírem um importante eixo no desenvolvimento socio-económico da região.

#### Indústria no Bengo

A realidade actual da indústria na província do Bengo deixa as entidades governamentais satisfeitas, devido ao aumento de infra-estruturas e à criação de mais postos de trabalho. A província tem em pleno funcionamento as fábricas de águas do Bom Jesus, Carne Seca, a Cerâmica do Icolo e Bengo e a fábrica de tubos de aço para empresas, uma de cerveja e água mineral e outra de transformação de tomate. A instalação, de mais indústrias proporcionar mais emprego.

Na zona piscatória do Ambriz existem projectos nos domínios das pescas, aquacultura e criação de camarão, ligados a um empresário chinês que pretende também estender a sua actividade à comuna de Cabo Ledo. A falta de energia eléctrica e água potável e o mau estado das vias de acesso eram tidos pelos empresários como factores que contribuíram em grande medida para o atraso na implantação de projectos industriais na província. Hoje, o Icolo e Bengo têm um grande número de unidades industriais, pelo facto de possuir condições favoráveis para atrair os investidores.

Com uma superfície de 41 mil km<sup>2</sup> e uma população estimada em 500 mil habitantes, o Bengo tem uma localização geográfica privilegiada no contexto do território nacional, por estar próxima do centro político-administrativo e de negócios do país.

### **7.3 Lixo aos montes em Luanda**

*Novo Jornal, 21/11/2008*

Com cerca de dois milhões de habitantes, o Cazenga, localizado na zona norte de Luanda, é um dos municípios que enfrenta sérios problemas de saneamento básico. À semelhança de outras partes da capital, o município regista obras de melhoria por todo lado. Mas, segundo o seu administrador, Victor Nataniel Narciso, a resolução do saneamento básico "é um assunto prioritário, de forma a avançar-se com os projectos de requalificação em carteira na circunscrição".

O Cazenga, segundo o administrador municipal, também conhecido por Tani Narciso, produz diariamente 800 toneladas de lixo, que são recolhidos apenas por uma operadora contratada pela Elisal, através do Governo da Província de Luanda, que tem sido coadjuvado pela Brigada Militar.

Para assegurar o problema do combate ao lixo, a administração local criou também uma brigada de educação cívica, composta por 30 jovens, de maneira a sensibilizar as populações e um outro grupo, de 90 pessoas, que tem a missão de velar pela limpeza. "Já começamos a ver os frutos, as pessoas estão a colaborar e estamos muito felizes com isso", regozijou-se.

Apesar desse esforço, o lixo é uma presença constante nas ruas do Cazenga, principalmente na comuna de Hoji-ya-Henda, a escassos metros da 13ª esquadra da Polícia Nacional Montes de detritos, exalando mau cheiro, são visíveis em quase todas as ruas, o que gera protestos constantes dos moradores.

Tani Narciso disse, por outro lado, que para se fazer a limpeza no Cazenga seriam necessários 68 tractores para reforçar a frota da empresa que opera na localidade. "Seria muito bom se tivéssemos todo este material porque, neste momento, só temos oito tractores e não é possível resolver a situação", afirmou o responsável, esclarecendo que o problema da recolha do lixo "não é da responsabilidade da administração, mas das operadoras contratadas pela Elisal". Apesar de reconhecer os benefícios do trabalho da empresa responsável pela recolha do lixo no local (SOLIZAQUE), Tani Narciso solicita o reforço de mais cinco operadoras para a resolução dos problemas dos resíduos sólidos.

Para o administrador municipal, o lixo é um assunto que deve ser encarado diariamente por todos "porque é uma questão de cidadania". Narciso, que se mostrou igualmente preocupado com a falta de contentares nas ruas, disse ter já em carteira um plano de distribuição de sacos plásticos aos munícipes para o depósito do lixo que será recolhido pelas operadoras.

O administrador admitiu ainda que o comércio de rua, na zona do Hoji-ya-Henda, tem sido um dos maiores responsáveis pelo aumento do lixo. "São vários os factores que fazem com que haja muitos detritos no Cazenga. Existem vários tipos de lixo, os comerciais, domésticos, hospitalares e os resíduos que vêm de outros municípios. Há muita gente que sai de outros municípios e deita lixo aqui e tudo isso passa pela consciencialização das pessoas, que devem saber onde deitar e as que horas", elucidou.

# 8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

## 8.1 Milhões de metros quadrados foram desminados no Huambo

*Jornal de Angola, 4/11/ 2008*

Treze milhões 492 mil e 361 metros quadrados de terra estão livres de minas na província do Huambo, resultado do trabalho de desminagem que vem sendo desenvolvido desde 2000, soube a ANGOP.

A informação foi prestada sábado pelo coordenador local da comissão técnica de desminagem, Agostinho Njaka, durante a visita de campo do governador da província do Huambo, Albino Malungo.

Segundo o responsável, os trabalhos de desminagem são realizados pelas operadoras Halo Trust, Forças Armadas Angolanas (FAA), Instituto Nacional de Desminagem (INAD) e alguns agentes comerciais.

Com este trabalho, de acordo com o coordenador, várias comunidades estenderam as suas áreas de cultivo e circulam sem desconfiança nas vias de acesso ao campo, além de permitir a reabilitação do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e das estradas que ligam a província com outras regiões do país.

. Apesar desta cifra, adiantou, ainda são várias as áreas por desminar, na sua maioria já demarcadas, facto que ajuda o cidadão a identificar o perigo.

Agostinho Njaka afirmou estarem neste momento em curso trabalhos de recolha de informações para a elaboração do plano de operação para 2009.

A sala técnica de desminagem do governo da província do Huambo tem a função de coordenar a actividade, apoiar as vítimas e incentivar ações de sensibilização das comunidades.

## 8.2 A angolana que tentou obter o Nobel da Paz

*Semanário Angolense, 22/11/ 2008*

É uma respeitável senhora de 60 anos. Mas não é a idade que lhe dá força, dignidade e carácter. São os seus actos ao longo desse tempo. Quando em 2005 concorreu ao Prémio Nobel da Paz e chegou a passar da primeira fase é que muita gente percebeu o valor que ela tinha. Ninguém em Angola tinha chegado a tanto. Houve um grupo de cidadãos que tentou «empurrar» o Presidente José Eduardo dos Santos para uma candidatura, mas a ideia nem sequer saiu do chão.

Ora, quem consegue reunir créditos suficientes para mobilizar apoios para uma candidatura ao Nobel da Paz tem de ser alguém com capacidades não desprezíveis para, internamente, tentar a Presidência.

Na saga do Nobel, Eunice Inácio conseguiu obter importantes apoios de sectores externos. Diversas organizações internacionais de ajuda humanitária, como a canadiana Internacional a Development Agency (ODA), a Save The Childrens e Development Workshop (DW), mobilizaram-se para suportar a sua candidatura ao Nobel.

E isso não aconteceu por mero acaso ou pelos lindos olhos dessa angolana nascida no Bié, mestre em resolução de conflitos. Ao serviço do MINARS e da DW no Huambo desde os mais ferozes tempos de guerra que assolaram a província, ela teve um trabalho digno de nota. O ponto alto foi o papel decisivo que teve, a partir de 2000, como gestora de um programa que contribuiu imenso para o desenvolvimento de uma cultura de paz, diálogo e tolerância entre os angolanos.

Eunice Inácio, com efeito, conseguiu congregiar diferentes instituições e grupos no país, seja de carácter ideológico como religioso, culminando a sua obra de paciência e diplomacia com um movimento em prol da paz, cuja ponta mais visível foi o Comité Inter-Eclesial para a Paz em Angola (COIEPA). Quando chegou ao fim dessa obra ela olhou para trás e exclamou: «Hoje o movimento de debates no país evoluiu muito. Antes as pessoas tinham até medo de falar».

Estas são as suas cartas credenciais. São mais do que suficientes, se ela assim o quiser, para mobilizar apoios de diversos quadrantes para uma candidatura à Presidência da República. Por que não?

## 8.3 Destruídos engenhos explosivos

*Jornal de Angola, 28/11/2008*

Engenhos explosivos não detonados, dos quais uma mina anti pessoal, foram destruídos quarta-feira, na localidade do Kinguila, a seis quilómetros da sede capital da província de Malange, pela Organização Não Governamental Ajuda Popular da Noruega (APN) soube o "JA" através de uma nota de imprensa.

A nossa reportagem apurou que foram destruídos 120 engenhos explosivos, entre os quais 14 morteiros HE de 60 milímetros, 14 morteiros HE de 82 milímetros, dois morteiros HE de 81 mm e 120mm, um roquete HEPG7, uma mina anti pessoal e diversas munições de metralhadoras.

Os engenhos destruídos no sector de Kinguila foram removidos nas localidades de Cangando, Nhaha, Damba, Camabole, Kinguila, Capemba, Vuanvala, Camembe, Camassoco, Camatende, Suingue Nguvu, Terra Nova e Quissole, periferias da cidade de Malange, e nos municípios de Kangandala e Cunda dia Base.

Perspectivando as acções para o próximo ano, Pedro Ngunza assegurou que a instituição que dirige vai continuar a dar resposta às solicitações do Governo, sempre que forem chamados a dar o seu contributo em áreas consideradas de risco. De recordar que a ONG Ajuda Popular da Noruega opera na província de Malange desde o ano de 1993.

#### **8.4 Activista elogia angolanos na luta pelas acções do género**

*Jornal de Angola, 28/11/ 2008*

A gestora do sector de Paz e Cidadania da Organização Development Workshop, Eunice Inácio, disse ontem, em Luanda, que a sociedade angolana tem dado passos largos sobre a igualdade de género, oferecendo as mesmas oportunidades de emprego e profissão para ambos os sexos.

Segundo a gestora, que dissertava num seminário sobre o género, a introdução de mais senhoras na Assembleia Nacional, em áreas antes tida apenas como de homens, como motorista de automóveis pesados e mecânica tem ajudado no desenvolvimento da igualdade de género.

Eunice Inácio explicou que tanto as mulheres quanto os homens devem ter as mesmas capacidades para exercerem as mesmas funções. "É muito importante que olhemos para os riscos que se podem enfrentar se não nos esvaziarmos da desigualdade de género. Em Angola felizmente já se nota passos largos da igualdade de género", frisou.

Para Eunice Inácio, é preciso perceber que se as pessoas não interiorizarem na prática, os valores sociais que encarnam a sociedade em termos de suas capacidades, será muito difícil compreenderem a valorização de equilíbrio do género.

"Hoje tanto o homem quanto a mulher, tendo as mesmas capacidades e oportunidades, podem exercer as mesmas funções. É necessária esta educação para que o equilíbrio de género comece mesmo já na família passando pelo local de trabalho", realçou.

Avançou ainda que, a abordagem do género é uma componente da educação cívica, daí a necessidade das famílias fazerem a sua parte, sensibilizando os seus sobre a importância da igualdade de género.

António Mussaqui, membro do comité directivo da Igreja Aliança Evangélica, sublinha que o seminário está a visualizar a realidade da desigualdade do género que muitas pessoas vivem.

" Saio deste colóquio com a missão de dar o meu contributo no combate a desigualdade do género", realçou. Advogou, por isso, a necessidade de se abrir outras oportunidades, para que as mulheres exerçam cada vez mais as mesmas funções que os homens têm

desempenhado.

Durante o encontro, foram ainda debatidos os " factores culturais ou locais que agravam a desigualdade de género", "igualdade de género e a pobreza, "igualdade dos direitos e VIH/Sida.